



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Rodrigo Miguel Dias Saraiva](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)

SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 38 e 39/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 364 a 366 e 369/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 464 a 466, 468 a 470 e 476/XVI/1.ª.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que respondeu às perguntas

formuladas pelos Deputados [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN). Durante o debate, usou ainda da palavra, para defesa da honra da bancada, a Deputada [Alexandra Leitão](#) (PS), tendo o Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) dado explicações.

Entretanto, o Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) anunciou a presença de várias escolas nas galerias, que foram

aplaudidas pela Câmara.

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate preparatório do Conselho Europeu, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com a participação do Primeiro-Ministro, que, após uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Paulo Moniz](#) e [Liliana Reis](#) (PSD), [João Paulo Rebelo](#) e [Ana](#)

[Sofia Antunes](#) (PS), [Ricardo Dias Pinto](#) e [António Pinto Pereira](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Deu-se conta de um Deputado do PS que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Vamos dar início à nossa sessão plenária de hoje.

Eram 15 horas e 4 minutos.

Temos dois pontos na ordem de trabalhos: o primeiro ponto é o debate com o Sr. Primeiro-Ministro e o segundo ponto é o debate preparatório do Conselho Europeu, também com a participação do Sr. Primeiro-Ministro.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade que abram as galerias para que os cidadãos possam entrar.

Antes de começarmos os trabalhos propriamente ditos, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira para ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, cabe-me informar a Câmara que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, as seguintes iniciativas: as Propostas de Lei n.ºs [38/XVI/1.ª](#) (GOV) — Altera a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, no sentido de alargar o período de duração máxima da proteção temporária de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto prazo ao seu país de origem, e [39/XVI/1.ª](#) (ALRAM) — Procede à segunda alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de fevereiro, na sua redação atual.

Deram ainda entrada na Mesa os Projetos de Lei n.ºs [364/XVI/1.ª](#) (CH) — Regulação do acesso ao SNS por estrangeiros não residentes, [365/XVI/1.ª](#) (PCP) — Cria o programa de remoção de obstáculos e armadilhas nas vias de circulação rodoviária, [366/XVI/1.ª](#) (CH) — Regulamenta a atividade de representação legítima de interesses (*lobbying*) junto de entidades públicas e cria um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República, e [369/XVI/1.ª](#) (PSD) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, que define as regras aplicáveis aos serviços de radiocomunicações de amador e de amador por satélite, bem como o regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum.

Refiro ainda os Projetos de Resolução n.ºs [464/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a um conjunto de atuações, no âmbito das condições de habitação e de autonomia e independência das pessoas com deficiência, [465/XVI/1.ª](#) (PCP) — Medidas de reforço das comissões de proteção de crianças e jovens, [466/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que inicie o processo para a colocação de inibidores de sinal nos estabelecimentos prisionais, [468/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela implementação de medidas de combate à língua azul (febre catarral ovina), [469/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela implementação de medidas de combate à estenfiliose e ao fogo bacteriano da pera rocha, [470/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a isenção total do pagamento do imposto municipal sobre imóveis (IMI) a todos aqueles que integram a missão de bombeiros voluntários, e [476/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pela solidariedade com o povo moçambicano e pelo respeito pela soberania e independência da República de Moçambique.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Cumprimos, então, o Sr. Primeiro-Ministro e os Srs. Membros do Governo presentes hoje.

Vamos entrar no primeiro ponto da ordem do dia, que é o debate com o Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento.

O debate vai ser iniciado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, que tem até 11 minutos e meio, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo eliminou o instrumento de manifestação de interesse da lei de imigração, e nós hoje temos um problema. Essa figura não foi substituída por nenhuma alternativa, por isso, hoje temos vários setores da economia portuguesa a queixar-se da falta de trabalhadores. Também houve membros do Governo que o fizeram, desde logo o Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, por quem temos muita consideração e

respeito, que lembrou que, de facto, será impossível executarmos o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) se não entrarem mais imigrantes, se não tivermos mais trabalhadores.

Não é só o setor da construção civil que se queixa, esse é só o mais vocal, pois faltam 80 000 trabalhadores para a conclusão das obras já previstas e calendarizadas. A esse setor, podíamos somar também o da agroindústria, o do turismo e mesmo o social.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Venham todos!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Governo criou um problema a si próprio, ao País e à economia nacional. Por isso, queria perguntar qual é a chamada «via verde», quais são as novas medidas que facilitarão agora, depois do que fizeram, a entrada de trabalhadores estrangeiros?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tendo, também, até 11 minutos e meio, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, a questão é muito simples de responder. O Governo eliminou, efetivamente, a manifestação de interesse como uma fórmula de ter a nossa fronteira aberta para receber de forma desregulada a imigração,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... introduzindo uma modalidade mais exigente.

É verdade que isto, por si só, não resolve todos os problemas. É verdade que, em paralelo, nós estamos a solucionar os 400 000 processos pendentes que o Governo anterior nos legou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Podíamos também falar sobre isso e sobre o balanço que fazemos da estrutura de missão que foi criada para esse efeito.

Mas quanto à questão concreta que coloca, a resposta é direta: nós, neste momento, não abdicamos de que haja um visto de trabalho ou de procura de trabalho para aqueles que se dirigem a Portugal com vista a poderem reforçar os nossos recursos humanos e a nossa mão de obra.

É verdade que há setores que estão muito carenciados. Estamos a trabalhar com esses setores e com os vários departamentos do Estado que estão envolvidos para garantir que os trabalhadores necessários venham já com uma oferta de emprego garantida e tenham uma integração facilitada, nomeadamente com acesso à habitação.

Isto não colide com os princípios da nossa política e, ao mesmo tempo, corresponde a um princípio, que estamos a implementar, de não ter a porta escancarada.

As pessoas não vêm só por vir, só porque manifestaram interesse.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — As pessoas vêm para trabalhar em determinado setor, numa determinada área de atividade económica, com a garantia de que terão uma integração condigna, valorizando a sua condição e ajudando o País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, para inquirir o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo não introduziu nada. A exigência do visto de trabalho já estava na lei, por isso, não foi acrescentado nada.

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro diz que exige que tenham contrato de trabalho, que estejam a trabalhar. Era exatamente isso que acontecia com a manifestação de interesse.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Havia descontos para a segurança social durante 12 meses. Repito: eram 12 meses de descontos para a segurança social!

Protestos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro, na disputa eleitoral com o Chega, criou um problema sério ao País.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Há uma pergunta que lhe quero fazer, a propósito dos processos pendentes, dos 400 000. É que 118 000 já foram rejeitados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quero perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro quem são esses 118 000,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eram bandidos!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... onde estão, se vão sair, se não vão sair, como é que vão sair e como é que isso se articula com a necessidade que têm vários setores da economia de ter trabalhadores, porque obviamente não vão ser os Deputados do Chega a trabalhar na construção civil. Quem é que o fará?

Risos e aplausos do PS.

Vozes do CH: — Vão ser os do PS!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estou a ver a Marina a carregar baldes de argamassa!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, sobre convergência com o Chega, o Sr. Deputado e o Partido Socialista dão lições a qualquer outra bancada, incluindo a do Governo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É que, naquilo que é essencial, em matéria de impostos, em matéria de pensões, os senhores estão de acordo, os senhores conversam, combinam e têm chegado a entendimentos, mesmo contra a vontade do Governo.

Nós não estamos a atuar com essa visão maniqueísta da política, com vista a responder a partidos, a responder à pressão mediática. Nós estamos a atuar com vista a responder aos problemas das pessoas, aos problemas do País.

Onde é que estão aqueles que já detetámos não reunirem as condições para estarem, de forma legal, em Portugal? Olhe, muitos já não estão em Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Chegámos a essa conclusão.

Outros tantos que estão e que não estão disponíveis para cumprir as regras, terão de se ir embora. É essa a consequência.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, portanto, o Governo não sabe o que é feito dos 118 000 trabalhadores. E continuamos a tentar perceber como é que vão gerir as saídas desses 118 000 trabalhadores, ao mesmo tempo que precisam de dezenas de milhares de trabalhadores em vários setores.

Protestos do CH.

Mas avancemos para um novo tema: o Sr. Primeiro-Ministro, em abril, na apresentação do Programa do Governo, anunciou ao País que estava por dias, por semanas, a criação de uma conta-corrente entre a Autoridade Tributária e as empresas. Até julho não fez nada e, em julho, voltaram a introduzir a promessa no tal «pacotão». Estava lá outra vez: vamos fazer uma conta-corrente entre a Autoridade Tributária e as empresas.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos em dezembro. Qual é o ponto da situação?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, a questão não é nós não sabermos onde é que estão os 118 000 imigrantes que não reúnem as condições para estar em Portugal. A questão foi nós termos 400 000 que o Governo que o Sr. Deputado integrou e apoiou não sabia onde estavam e não tinha sequer instrumentos para os poder legalizar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É isso que estamos a resolver e é disso que estamos a tratar.

Quanto à conta-corrente, Sr. Deputado, veja bem o que eu disse no Programa do Governo e reiterarei: «O início das diligências atinentes a criarmos uma conta-corrente» — é isso que estamos a fazer, Sr. Deputado. Também aí, a questão é simples.

Acho muito bem que o Sr. Deputado faça esse escrutínio da ação do Governo e exija ao Governo que, em oito meses, possa responder às suas propostas para a Legislatura, com o seu calendário. Nós estamos a fazer isso. É, de facto, mais uma matéria que estava por fazer, também.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, relativamente aos 400 000 processos, sabe porque é que o Estado português sabia? Porque tinham de entrar com um processo de manifestação de interesse. Por isso é que estão, neste momento, a ser geridos pela AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo). Portanto, não é verdade que não soubesse.

Aplausos do PS.

Agora sim, agora não tem como saber. Agora, não tem como saber!

Sr. Primeiro-Ministro, fomos-lhe sempre dizendo isto: há uma grande diferença entre fazer anúncios e governar, entre fazer anúncios e concretizar.

Risos do PSD e do Deputado da IL Rui Rocha.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe que aquilo que depender de mim, concretiza-se.

Risos do PSD, do CH e de Deputados da IL.

O que não depende, não sou eu que mando no jogo.

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro faz um anúncio...

Continuação de risos e protestos do PSD e do CH.

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, nem que seja para facilitar a vida aos nossos técnicos,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não é por isso, não! É por nós.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... pois têm de estar sempre a parar a contagem do tempo de intervenção e a retomá-la, para que, depois, todos os Deputados tenham o tempo devido. Portanto, por respeito a todos eles, vamos continuar a manter as condições para que o debate possa fluir.

Tem a palavra, Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro anunciou, em abril, que iria criar uma conta-corrente em dias, em semanas. Para esta Legislatura, o que disse foi que «iríamos ter o Estado a pagar a 30 dias» e «tomaremos medidas nesse sentido». Pergunto-lhe se já conseguiram reduzir alguma coisa, no prazo de pagamento.

Mas a pergunta era sobre a conta-corrente. Prometeu em abril, cito, que «está por dias, por semanas». Estamos em dezembro e nada foi criado.

Há, de facto, uma grande diferença entre dizer, prometer, apresentar *PowerPoints* e concretizar, governar.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, queria fazer-lhe outra pergunta: qual é o número de alunos sem professor pelo menos a uma disciplina, neste momento, em Portugal, desde o início do ano letivo?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, de facto, a sua intervenção chega a ser hilariante.

Risos do PSD.

Ouvir o Sr. Deputado dizer que tudo o que é consigo está resolvido, está feito, remete-nos para as 26 000 casas que iriam estar prontas nos 50 anos do 25 de Abril,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... remete-nos para as composições que iriam circular na nossa ferrovia e remete-nos para os famosos três aeroportos que iríamos ter decididos e no terreno, Sr. Deputado.

Pelo contrário, o Sr. Deputado decidiu, efetivamente, fazer muitos *PowerPoints*, alguns deles recauchutados, anunciados uma segunda e uma terceira vez, mas no terreno, quando chegámos, não encontramos nada daquilo que tinha sido prometido.

Sr. Deputado, quanto à questão do número de alunos que não têm professor, pelo menos, a uma disciplina, devo dizer-lhe que, a esse propósito, temos tido muita dificuldade, mas não em saber qual é a situação de hoje; temos tido muita dificuldade, mais do que aquela que esperávamos, do que recebemos de informação dos serviços, em saber qual era a situação há um ano e há dois anos.

Hoje, aquilo que posso dizer-lhe é que o número de alunos sem aulas a uma disciplina, desde o início do ano, de forma não permanente — portanto, falo dos alunos que se confrontaram com a circunstância de não ter professor a uma disciplina —, foi de 26 011 alunos; aqueles que, de forma permanente, desde o início do ano, não têm professor a uma disciplina, contando o aluno tantas vezes quantas as disciplinas a que não tem professor, a informação que temos é de que são 878 alunos.

Sr. Deputado, com isto aproveito para lhe dizer que, havendo dúvidas sobre os números, nomeadamente sobre os números dos anos anteriores, para podermos ter um termo comparativo que seja insuscetível de gerar qualquer equívoco, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação decidiu fazer uma auditoria externa para termos o mesmo critério e podermos fazer uma avaliação da situação.

Protestos do PS.

Antes disso, digo-lhe que é inequívoca a diminuição do número de alunos sem professor a uma disciplina face ao ano anterior — é inequívoca! —, mormente porque, com o concurso extraordinário, com o subsídio à deslocação de professores, conseguimos fazer ingressar mais de 5000 professores. Portanto, a nossa oferta aumentou, diminuindo o impacto face àquilo que acontecia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, para inquirir o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não leve a mal, mas nós não podemos acreditar nos números do Governo.

Aplausos do PS.

A história com os números e com o Sr. Ministro da Educação vem desde o início do ano letivo. É que o Sr. Ministro da Educação, no início do ano letivo, disse que eram 320 000 os alunos sem professor a uma disciplina no ano passado. Obviamente, depois, apertado, teve de vir explicar que eram 320 000 os que não tinham tido aulas, em qualquer momento do mês de setembro, mas não conseguiu — tentou mais tarde —, porque tinha feito um anúncio de redução de 90 % do número de alunos sem professor a, pelo menos, uma disciplina.

Aplausos de Deputados do PS.

Nós dissemos sempre que era praticamente impossível. O Sr. Ministro garantiu que conseguiria. Tentou no início do ano letivo empolar os números, não conseguiu; tentou uma segunda vez e apresentou números errados. O Partido Socialista desmentiu os números, outros partidos da oposição fizeram o mesmo, o anterior Ministro da Educação fez o mesmo, a FENPROF (Federação Nacional dos Professores) fez o mesmo, e o Sr. Ministro deu uma conferência de imprensa em que voltou a afirmar isso, e só faltou chamar mentiroso ao Partido Socialista.

Vozes do PSD: — E é!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Disse que os dados eram construídos pelo PS. Felizmente, os jornalistas do *Expresso* não largaram o Sr. Ministro...

Vozes do PSD: — Oh!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e, ao fim de algum tempo, o Sr. Ministro teve de admitir que os dados não eram infalíveis, estavam errados, e, convenientemente, pediu uma auditoria externa — não pediu à Inspeção-Geral da Educação e Ciência, que seria mais rápido, nem fez um concurso como fez na saúde, com a Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, ou no caso do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica); fez foi um concurso externo, e isso é muito conveniente, porque agora não temos, nem podemos ter, dados para aferir e monitorizar o sucesso da política do Sr. Ministro e do Sr. Primeiro-Ministro. De facto, isto é muito conveniente!

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, não são credíveis os dados que apresenta, e isso é muito preocupante.

Queria avançar para mais outra área, uma área que, em matéria de erros, está, obviamente, no topo: estou a falar da saúde. E foram já várias as vezes em que isso aconteceu, desde, em junho, a Sr.^a Ministra ter dito que eram 9000 os doentes oncológicos à espera de cirurgia, para depois ter sido corrigida pela Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, e eram só 2300. Depois, assumiu que o mapa de urgências estava errado; depois, assumiu que o concurso que lançou para a contratação de médicos também estava errado e ia voltar outra vez ao modelo anterior.

Mas, verdadeiramente, Sr. Primeiro-Ministro — e isto envolve-o a si —, o Sr. Primeiro-Ministro fez um grande anúncio em agosto, dizendo que não havia um único doente oncológico à espera de cirurgia acima do tempo máximo de resposta garantido.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Não era verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parecia o António Costa!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Voltei a perguntar-lhe no dia 3 de outubro e o Sr. Primeiro-Ministro voltou a garantir que não havia nenhum doente oncológico à espera de cirurgia acima do tempo máximo de resposta garantido.

Quero voltar a perguntar-lhe se continua a confirmar isso.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, sim, eu continuo a afirmar isso, sendo que essa afirmação tem de ser contextualizada no seguinte...

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os senhores estão mesmo animados!

Como estava a dizer, todos os doentes oncológicos que tinham excedido o tempo máximo de resposta garantido foram intervencionados, ou foi agendada a sua cirurgia. Todos, rigorosamente todos!

Protestos de Deputados do PS.

É essa a informação de que disponho, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, para fazer perguntas ao Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro, agora, fala em agendamentos, mas não foi isso que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou ao País.

Aplausos do PS.

O que anunciou duas vezes foi que não havia... E não vale a pena o Sr. Primeiro-Ministro acenar com a cabeça, porque foram duas vezes, e foi taxativo e claro.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que no final do mês de outubro eram 1370 os doentes oncológicos à espera acima do tempo máximo de resposta garantido — 1370, Sr. Primeiro-Ministro!

Ou o Sr. Primeiro-Ministro assume que foi mal informado pelos seus serviços e pede uma nova auditoria sobre os dados das cirurgias, ou, então, devia pedir desculpa ao País e a todos os doentes oncológicos que estão à espera acima do tempo máximo de resposta garantido.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, a estes casos somam-se muitos outros: os dados errados sobre o orçamento para a saúde, que de *superavit* passou a *défi*ce durante o debate orçamental; o custo orçamental da medida da licença de parentalidade, resultado de uma iniciativa cidadã — os senhores garantiram à comunicação social que o custo era de 400 milhões de euros e depois veio a Sr.^a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social confirmar que eram cerca de 200 milhões de euros.

Agora, mais recentemente, houve um problema também de números — para dizermos da melhor maneira — na segurança social. Garantiam aqui, no Parlamento, no debate do Orçamento, que as pensões cresceriam 3,1 %. O Partido Socialista várias vezes disse que estavam a fazer mal as contas, estavam a seguir uma metodologia errada. O Governo assumia que sabia o que estava a dizer e, bom, hoje foi confirmado que o Partido Socialista tinha razão e que as pensões não vão crescer o que a Sr.^a Ministra dizia que cresceriam.

Aplausos do PS.

O que estes casos todos nos mostram é que há dois problemas graves com este Governo. Além de, no nosso entendimento, este ser um Governo que governa para a minoria da população portuguesa, ele tem dois graves problemas, para lá de ideológicos, nem de esquerda, nem de direita, nem de centro, mas que são muito importantes para a vida de todos nós.

O primeiro problema é que tem uma péssima relação — e digo-o da melhor maneira — com os números, com os factos, com os dados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Este Governo tem uma má relação com os números. Os números são usados de forma errada — não digo se com dolo ou sem dolo — para sustentar o sucesso ou o insucesso das políticas que têm seguido.

Portanto, a primeira nota que retiramos destes meses é que o seu Governo não tem credibilidade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já o do PS...!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O segundo problema é este: Sr. Primeiro-Ministro, quando olhamos para a incapacidade de reduzir em 90 % o número de alunos sem professores, para a incapacidade de fazer alterações estruturais na saúde — aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro conseguiu foi uma alteração conjuntural com uma medida conjuntural que termina em agosto, e os problemas voltarão a acumular-se, porque não introduziu nenhuma alteração estrutural na forma como se dá resposta aos problemas dos nossos doentes —, o que vemos é que o Sr. Primeiro-Ministro, além de falta de credibilidade, tem também falta de competência. Há um problema de incompetência claro neste Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 4 minutos e 12 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, devo confessar que é preciso ter, de facto, alguma coragem para, em nome do Partido Socialista, falar em fidedignidade de números e em má relação com os números, porque se há partido que, historicamente, tem um problema de credibilidade com os números, esse partido é o Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Sr. Deputado, acho muito bem que, do ponto de vista democrático, reclame transformações estruturais, reclame resultados para as políticas públicas. Isso faz parte do trabalho da oposição, embora, no seu caso particular, o Sr. Deputado faça parte daquela oposição onde essa reclamação faz um ricochete enorme,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque o Sr. Deputado não se apercebe que está a reclamar pela competência que o Sr. Deputado não teve, nem os Governos que o Sr. Deputado integrou e apoiou. E está a reclamar os resultados que não obteve.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Eu não quero desculpar a ação do Governo com aquela que foi a herança que nos legaram, Sr. Deputado. Tenho feito um esforço para não o fazer.

Protestos do PS.

Mas o Sr. Deputado, ao vir falar do Serviço Nacional de Saúde, quando o Sr. Deputado, ao longo de toda a governação do Partido Socialista, praticamente duplicou o orçamento da saúde e, em face disso, teve como resultado uma prestação de serviços que ficou muito aquém dos melhores interesses dos cidadãos, o Sr. Deputado, de facto, fica numa posição muito difícil para reclamar deste Governo, em oito meses, aquilo que não foi capaz de fazer em oito anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Mas deixe-me dizer que vamos verificar com o tempo não só o efeito das transformações que estamos a fazer, como também a prestação de melhores serviços e um funcionamento mais eficiente do sistema.

Olhe, hoje mesmo, a Sr.^a Ministra da Saúde já teve a ocasião de transmitir que vão ser transferidos 975 milhões de euros para as unidades locais de saúde para pagamento a fornecedores, pagamentos esses que estavam em atraso desde compromissos assumidos ainda pelo Governo anterior.

Amanhã, no Conselho de Ministros, vamos autorizar despesa no valor de 2300 milhões de euros para a aquisição de medicamentos, de serviços para o Serviço Nacional de Saúde, poupando com esta operação, com esta antecipação de compra, quer de serviços quer de medicamentos, qualquer coisa como 247 milhões de euros, mais de 10 % do valor da autorização da despesa que vamos amanhã aprovar.

Sr. Deputado, é com medidas destas de recuperação financeira e de boa gestão; é com a recuperação das listas de espera, começando pelas cirurgias oncológicas, mas indo às outras patologias; é com as medidas que estamos a tomar para dar uma oferta de medicina familiar àqueles portugueses e às suas famílias que não a tinham quando iniciámos funções, e eram cerca de 1 700 000 portugueses; é com a reprogramação da capacidade de resposta nos picos de maior pressão, no verão e no inverno; é por olharmos para as insuficiências, herdadas por este Governo, de recursos humanos e de meios — por exemplo, o Sr. Deputado fez referência ao INEM —; é por tratarmos daquilo que é mais urgente, mas também daquilo que é estrutural, que o Sr. Deputado ainda vai ter tempo, nesta Legislatura, de poder receber o ricochete daquela que foi a reclamação que nos quis dirigir.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado: nós sabemos que não é de um dia para o outro que se resolvem os problemas estruturais do País.

Protestos do PS.

Mas uma grande diferença que nós temos para com o Partido Socialista, e o Sr. Deputado em particular, é que nós vamos mesmo executar aquilo que estamos a dizer.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, é para lhe pedir para distribuir os dados da Comissão Executiva do SNS (Serviço Nacional de Saúde) sobre as listas de espera dos doentes oncológicos.

E vamos pedir para também se distribuir por todos os grupos parlamentares, Governo inclusive, todas as obras que foram lançadas por nós e que estão a ser inauguradas pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

Terminava dizendo que...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma intervenção!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... conhecemos bem o discurso do Sr. Primeiro-Ministro e do PSD: o PS há de ter feito muitas malfeitorias durante oito anos. Só que o Sr. Primeiro-Ministro já não é líder da oposição, é Primeiro-Ministro e responde à oposição no Parlamento!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, façam chegar a informação, que os serviços farão a devida distribuição.

Sr. Deputado Hugo Soares, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, compreendo a primeira parte da interpelação à Mesa feita pelo Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, para pedir a distribuição de documentos. Em nome da ecologia, sabemos bem que não vai gastar muito papel.

Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Presidente, que nos debates quinzenais não há prolongamento. Quando perdemos o jogo, não usamos as interpelações à Mesa para haver prolongamento.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Como se tivesse necessidade!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, com todo o espírito de tolerância democrática — e, como sabem, eu gosto muito daquilo que é a vida parlamentar —, obviamente que, quando estamos num debate com o Primeiro-Ministro, a Mesa será um bocadinho mais tolerante quando abusam das figuras regimentais, em que ambos incumpriram. Mas, com toda a tolerância, a Mesa entendeu que, neste debate, elas até faziam sentido.

A Sr.^a Deputada Marina Gonçalves também vai fazer uma interpelação à Mesa? É claro que fica o pedido para que não abusem desta tolerância que a Mesa já vai dando.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Esta Mesa é muito liberal!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, faça favor.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, era só para reafirmar que a interpelação à Mesa feita pelo Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, e que eu reitero, foi para distribuir documentos. Já aquilo que o Sr. Deputado Hugo Soares aqui veio afirmar mostrou que quem perdeu o debate quis acabá-lo, e por isso fez esta intervenção.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é que é a figura regimental? É que não percebi!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, foi exatamente o comentário que eu fiz.

Vamos seguir com o debate. Antes de dar a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, permitam-me algo que também é da praxe parlamentar — e sei que vão concordar comigo —, que é fazer referência às visitas que temos hoje nas galerias, e temos umas galerias preenchidas, quer no primeiro anel, quer no segundo.

Pausa.

Precisam de ouvir, Srs. Deputados.

Portanto, permitam-me que faça referência: ao grupo de 55 alunos e professores da Escola Secundária Pinheiro e Rosa, de Faro; ao grupo de 58 alunos e professores do Colégio de Nossa Senhora de Fátima, de Leiria; ao grupo de 75 alunos e professores da Escola Secundária João de Barros, de Corroios; ao grupo de 50 alunos e professores do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra; e ao grupo de 29 alunos e professores da Escola Secundária Jorge Peixinho, do Montijo.

Seja bem-vindo o futuro à Assembleia da República.

Aplausos gerais.

Vamos então dar a palavra, para formular perguntas em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao Sr. Deputado Hugo Soares, que tem até 11 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, ouvi com a atenção devida a intervenção que antecedeu a do Grupo Parlamentar do PSD, e o debate entre o Sr. Primeiro-Ministro e o líder da oposição, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

A dada altura, falou-se de credibilidade dos Governos, e o Sr. Primeiro-Ministro teve ocasião de falar, a propósito de anúncios *versus* governar, da diferença que há entre realmente fazer anúncios e governar.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Porque será?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E, quando o Sr. Primeiro-Ministro se referiu aos anúncios dos aeroportos que não existiram, das carruagens que deviam estar hoje a servir as populações e não estão, das casas que anunciaram e que não saíram do papel,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Muitas estão!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... eu pensei que era precisamente a isso que o Secretário-Geral do Partido Socialista, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, se referia quando falava de credibilidade dos Governos. Mas essa parte e essa despesa, o Sr. Primeiro-Ministro já a fez.

Aquilo que distingue efetivamente, Sr. Primeiro-Ministro, o seu Governo do Governo, durante oito anos, do Partido Socialista é aquilo que eu agora vou dizer.

Nós anunciámos que íamos fazer a maior valorização de sempre das remunerações das forças e dos serviços de segurança. E eu queria pedir ao Secretário-Geral do Partido Socialista que vá perguntar às forças e aos serviços de segurança, à PSP (Polícia de Segurança Pública) e à GNR (Guarda Nacional Republicana), se foi um anúncio ou se foi uma concretização.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Pergunte ao Ministro Pinto Luz!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nós anunciámos que íamos valorizar as carreiras dos guardas prisionais. E eu queria pedir ao Secretário-Geral do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, Sr. Deputado, que vá perguntar aos guardas prisionais se essa valorização foi feita ou não foi feita.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Queria pedir, em nome da credibilidade do Governo e da oposição, ao Secretário-Geral do Partido Socialista que vá perguntar ao técnicos e oficiais de justiça, às Forças Armadas, aos professores,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... se foi ou não foi este o Governo que prometeu e cumpriu a valorização das carreiras e das remunerações de todas essas e de todos esses trabalhadores da Administração Pública.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Agradece, agradece!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É que, sabe, Sr. Primeiro-Ministro, na dialética parlamentar vale praticamente tudo. Vale até os campeões dos anúncios e dos *PowerPoint* acusarem o Governo de falta de capacidade de fazer. Mas, quando os confrontamos com a vida real das pessoas, aquilo que verdadeiramente importa, viola ao sacro e não são capazes de dizer nada sobre o que o Governo tem feito e o que a oposição, hoje — mas Governo nos últimos oito anos —, não foi capaz de fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, ouvi também o Secretário-Geral do Partido Socialista falar sobre o Governo estar a querer, no fim do dia, decidir políticas públicas — foi a propósito da imigração, eu já lá volto —, para poder, dizia o Secretário-Geral do Partido Socialista, competir com o partido Chega.

Eu devo dizer à Câmara e ao País que não há temas, não há políticas públicas, que sejam propriedade de nenhum partido. E as políticas de imigração humanistas e de regulação da imigração em Portugal são também do Partido Social Democrata e do Governo da Aliança Democrática — mas a elas voltarei daqui a pouco.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Reporto-me a isto, Sr. Primeiro-Ministro, para falar de cumplicidade estratégica, para falar daquilo que eu tantas vezes tenho denunciado como uma espécie de coordenação, à vista de todos, entre o Chega e o Partido Socialista. E vou a factos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS e do CH.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Oiçam!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu espero que ninguém se ria, porque o tema é demasiado sério.

Sr. Primeiro-Ministro, na Comissão de Economia, teve lugar a audição do candidato à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), Dr. Ricardo Reis.

O Chega, que esteve nessa audição, tinha até, veja lá, a competência de fazer o relatório dessa audição. Vou ler a parte da opinião da Sr.^a Deputada relatora: «O candidato indigitado apresenta não só um excelente *curriculum* a nível académico, mas também uma visão estratégica relativamente às atividades prosseguidas pela AMT e consciente da importância da defesa do interesse público com eficiência, eficácia e sustentabilidade a todos os níveis, sem qualquer condicionalismo ideológico quanto à propriedade pública ou privada do capital e empresas do setor. Apresenta um perfil de competências muito bom, como ressalta na avaliação feita pela CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública).» Eu digo-lhe uma coisa, se isto fosse feito pelo Governo, não era feito melhor! Mais: «Revelou preparação para a audição, verificando-se conhecimento sobre as funções do regulador para o qual o candidato é indigitado.» E termina com a seguinte proposta de parecer: «É assim entendimento da Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação que o Dr. Ricardo Ferreira Reis reúne as condições para o exercício do cargo para que se encontra indigitado.»

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é o relatório da Sr.^a Deputada do Chega. Fala do nome do candidato, reporta-se à audição...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem é a Deputada?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O Chega tem muitas Deputadas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado líder parlamentar do Chega está a perguntar quem é a Deputada, pelos vistos não sabia. Eu vou-lhe dizer: é a Sr.^a Deputada Sandra Ribeiro, para sua informação.

A Sr.^a Deputada que escreve tudo isto — e escreve com propriedade, foi o que se passou na audição — teve hoje o epílogo,...

Risos da IL.

... com uma notícia que veio a público, de que o Chega, afinal, vai chumbar este parecer, vai dar parecer negativo sobre este candidato, porque, vejam só, diz o Chega: «Nós errámos, fizemos *copy paste* dos últimos relatórios.»

Risos do PSD, do PS, da IL, do L e do CDS-PP.

Isto não tem graça, Sr. Primeiro-Ministro, não tem graça. Não se riam, que isto não tem graça.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Tem, tem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quero dizer ao País e à Câmara que esta é a evidência, a demonstração, da cumplicidade entre os Deputados do Partido Socialista e do Chega.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PS e do CH: — Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu vou dizer porquê.

Sr. Primeiro-Ministro, veja quantos são hoje, à hora a que falamos e no dia em que falamos. O Chega, depois de ter dito tudo isto — e com propriedade, diga-se — do candidato apresentado pelo Governo, veio agora a correr dizer que vão mudar tudo isto «porque fizemos *copy paste*». Veja quantos são hoje, e verá porque é que o Chega mudou de opinião e como é que o Partido Socialista vai votar o relatório do Chega sobre a audição do

candidato Ricardo Reis, e a seguir veremos se há ou não há cumplicidade estratégica entre estes senhores e aqueles senhores para bloquearem a ação do Governo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, falávamos de imigração, e ficámos hoje a saber que o Partido Socialista,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Aqui interessam é as prioridades do PSD! Zero!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que, no discurso, carrega nas posições de defesa dos direitos dos trabalhadores, na proteção dos direitos laborais, na proteção dos imigrantes, depois condescende e entende que era bom para o País, bom para a economia portuguesa, que estivessem cerca de 400 000 imigrantes em Portugal a trabalhar de forma irregular, de forma ilegal, sem qualquer proteção por parte do Estado, simplesmente porque a economia precisava deles.

Protestos de Deputados do PS e contraprotestos de Deputados do PSD.

Quero dizer ao Partido Socialista que nós não temos essa visão, nem sobre a economia, nem sobre a defesa e a proteção dos trabalhadores, nem sobre a imigração.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, nós temos de saber quem cá está, como está e quem são. Precisamos de imigrantes? Sim. Mas precisamos de receber com humanismo? Sim.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E é precisamente nestes dois princípios, de saber que precisamos de imigração, mas que os queremos receber com humanismo,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que a nossa bancada se distingue da bancada do Partido Socialista e da bancada do Chega.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A este propósito, Sr. Primeiro-Ministro, queria-lhe deixar a seguinte questão: nas últimas semanas, por notícias trazidas a público, a preocupação dos portugueses com a utilização do Serviço Nacional de Saúde por parte de imigrantes aumentou, e aumentou com razão. Sabemos hoje que há um conjunto de imigração, aparentemente, até, de forma propositada, que vem a Portugal apenas para ter cuidados no Serviço Nacional de Saúde.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — *Copy paste!*

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Também sabemos que, para podermos combater aquilo que pode, eventualmente, ser algo de manifestamente errado, há necessidade de proceder a um conjunto de alterações

legislativas — já agora, algumas delas têm o cunho, o cunho ideológico, o cunho carregado, o cunho bem vincado, da extrema-esquerda, e da esquerda, em Portugal, nos anos da geringonça.

Eu queria-lhe perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, como é que analisa este fenómeno que preocupa os portugueses, que têm — e eles sabem bem —, também eles, dificuldades no acesso ao Serviço Nacional de Saúde, e como é que isto se compagina com uma política de integração humanista de imigrantes, de que Portugal precisa, mas, ao mesmo tempo, com regras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, fala dos corruptos da Madeira! Fala do Miguel Albuquerque!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, na política de imigração, a razão está no bom senso: está na integração e está no humanismo; está na capacidade de fazer diferente daquilo que o Partido Socialista fez, mas de fazer muito diferente daquilo que o Chega apregoa. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, queria-lhe perguntar qual é a posição do Governo sobre esta matéria.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, temos uma interpelação à Mesa.

Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, é para que efeito?

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, naturalmente, é para defesa da honra da bancada.

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, então, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Soares, a posição do Partido Socialista nessa matéria foi sempre uma.

Na audição ao Sr. Prof. Ricardo Reis, fez uma audição num determinado sentido, com perguntas que considerou justas, e nunca mudou de posição relativamente a isso, nem falou com ninguém.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não sei qual é a posição!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Nem tem de saber!

Portanto, ó Sr. Deputado Hugo Soares, isto é muito simples: ou o Sr. Deputado tem provas do que está a dizer ou vai ter de pedir desculpa a esta bancada.

Protestos do PSD.

Mais acrescento o seguinte: isto é uma inaceitável — inaceitável! — forma, ou tentativa, que, obviamente, nunca será conseguida, de condicionar votos desta bancada. Isso nunca irá acontecer.

Aplausos do PS.

Portanto, volto a dizer: ou o Sr. Deputado Hugo Soares tem provas do que disse — e, vou repetir aqui, não usou a palavra, mas quis falar de «conluio» entre bancadas — ou terá de se retratar, sob pena de ser uma atitude absolutamente abaixo de um Deputado da Nação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder a esta defesa da honra, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É para dar explicações, Sr. Presidente.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Não é para dar explicações, é para fazer provas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senti o incómodo da bancada do Partido Socialista, que se sentiu ofendida na honra.

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu a única coisa que disse foi: «Vejam quantos são hoje, a que horas falamos, e veremos, sem ter nenhuma informação, qual vai ser a posição do Partido Socialista sobre esta cambalhota do Chega.»

Protestos do PS.

Já todos sentimos o incómodo e já percebemos porque é que o Chega mudou de posição depois de escrever aquilo que eu li.

Mas, Sr. Presidente, vou dar explicações e demonstrações da tal cumplicidade estratégica a que aludi: votação do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares);...

Vozes do PS e do CH: — Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... votação das portagens; votação da base de incidência do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) da eletricidade; votação das pensões no Orçamento do Estado.

Protestos do PS.

Alguma delas é diferente daquilo que eu estou aqui a dizer? Houve ou não houve um conluio entre o Chega e o Partido Socialista...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Não houve!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... para fazerem força de bloqueio, neste Parlamento, contra o Governo?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, é para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A próxima vem a seguir, com o Ricardo Reis!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é! Chora!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Infelizmente, Sr. Presidente, se me permitir.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Eu só tenho uma coisa a dizer, Sr. Deputado Hugo Soares: o Sr. Deputado não sabe o conceito de conluio,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas é interpelação à Mesa ou ao Hugo Soares?

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — ... porque, na verdade, de todas as vezes em que o Chega votar a favor de propostas do Partido Socialista, isso não tem nada a ver com o conceito de conluio.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — E, Sr. Presidente, se me permite, o conceito de conluio é um conceito muito grave, e quem o afirma sem o poder provar está, objetivamente, a pôr em causa não só a honra de uma bancada, como também a sua própria honra como parlamentar,...

Aplausos do PS.

... uma vez que continua sem provar, sem demonstrar e, francamente, sem contribuir para a elevação do diálogo democrático. É uma grande vergonha, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, eu há pouco demonstrei que a Mesa estava a ser tolerante com o uso de figuras regimentais pela especificidade do debate em que estamos. Pedi, nesse momento, para não abusarem das figuras regimentais. Portanto, se há coisa que a Mesa não vai permitir é diálogo entre bancadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já permitiu!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Isto é o debate com o Primeiro-Ministro. O Regimento aquilo que diz é que há perguntas dos partidos e respostas do Sr. Primeiro-Ministro. Se começam a abusar, eu ficarei sem qualquer tolerância, e será isto que é cumprido.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem abusou foi o PS!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Eu não vejo razão nenhuma para dar neste momento a palavra. Não estou a ver qualquer figura regimental que seja útil para continuar este debate. O Sr. Deputado Hugo Soares fez perguntas durante o seu tempo, e, por respeito pelo Sr. Primeiro-Ministro, temos de lhe dar a palavra para ele responder às perguntas que o Sr. Deputado fez.

Se há alguma coisa fora disto, que eu não esteja a ver, que está a decorrer nos trabalhos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há, há!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Agora já chega! Podes dizer o que quiseres!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, primeiro tem de me dizer qual é a figura regimental.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é uma interpelação à Mesa para a distribuição de documentos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigado.

O Sr. Presidente teve ocasião, há pouco, quando eu denunciei aquilo que achava que não era uma interpelação à Mesa, de dizer que o seu sentido, num debate como este, era lato. Espero que seja lato para todos.

Esta interpelação é mesmo para distribuir um documento. Queria distribuir, Sr. Presidente, a definição de «conluio» do dicionário *Priberam*, que diz que conluio é a combinação de dois ou mais para prejudicar terceiros — o Governo de Portugal.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — A «combinação»! É isso: a «combinação»! Olha que iliteracia! Estamos entendidos! Siga, siga!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sonham com o Chega!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já ninguém liga ao PSD. Falam sozinhos!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos trabalhos.

Eu não vou discutir as diferenças entre ter tolerância e lato. Se o Sr. Deputado quiser enviar a informação para os serviços, ela será distribuída, mas certamente que todos os Deputados, através do *Google*, chegam facilmente ao *Priberam*.

Para responder ao Sr. Deputado Hugo Soares, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, tenho três ou quatro respostas para as questões que colocou.

A primeira é sobre o seguinte: o Sr. Deputado referiu algumas das realizações que o Governo já levou a cabo nestes cerca de oito meses de exercício da função. Dir-lhe-ia que isso é uma visão redutora, porque são muito mais do que isso. Eu perderia o tempo da resposta ao Sr. Deputado, e a todos os outros Deputados que já intervieram e que vão intervir neste debate, e, mesmo assim, não seria capaz de esgotar todas as medidas que já foram tomadas e executadas — não estou a falar daquelas que estão em processo de execução, em movimento, e há muitas que estão em movimento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do CH: — Eh lá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, para além de todos os entendimentos que foram feitos para valorizar várias carreiras na Administração Pública — até a própria valorização salarial da Administração Pública global, que tivemos ocasião de acordar com os respetivos sindicatos —, o Sr. Deputado podia ter referido a diminuição dos impostos sobre o rendimento do trabalho, do IRS, plasmada na primeira iniciativa que tomámos, logo nas primeiras semanas,...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

... e depois, na segunda, no Orçamento do Estado, nomeadamente, numa coisa de que se fala pouco, que é a duplicação da atualização dos escalões, não apenas circunscrita à taxa da inflação.

Podia ter falado da isenção do pagamento de impostos e contribuições sobre os prémios de desempenho; podia ter falado da diminuição do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas); podia ter falado da isenção do IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e do imposto do selo na compra da primeira habitação; podia ter falado no novo IRS Jovem, bem mais alargado no seu âmbito e mais impactante na sua dimensão fiscal.

Podia ter falado no aumento do complemento solidário para idosos (CSI); podia ter falado no aumento da comparticipação dos medicamentos para os idosos que têm mais carência económica; podia até ter falado na eliminação do critério do rendimento dos filhos para a atribuição do complemento solidário para idosos, que tanto incomodava o Partido Socialista, mas que o Partido Socialista não mudou nos oito anos em que exerceu essas funções.

Podia ter falado disso e de muito mais coisas, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Isso não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que continuaremos fiéis àquilo que é o nosso compromisso no Programa do Governo, a executar o Programa do Governo em todas as suas dimensões: naquilo que é mais imediato, mais urgente, e naquilo que é mais estratégico e estrutural para o futuro do País. Teremos muitas oportunidades de fazer balanços, balanços intercalares e depois, naturalmente, no final da Legislatura, um balanço final.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, a propósito de uma das questões que colocou, porque ela também tem que ver com a participação do Governo, com a propositura do Governo, aquele que é o meu entendimento.

E aqui falo na minha qualidade de Primeiro-Ministro, que é por isso que aqui estou, mas não posso esquecer-me de que, durante 16 anos, fui Deputado nesta Assembleia da República,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Já se esqueceu!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... 6 dos quais como líder parlamentar, portanto, numa posição de grande interação com os demais grupos parlamentares, mais cerca de 3 anos como vice-presidente do grupo parlamentar e muitos — nem sei bem, nunca fiz essa conta — como coordenador do PSD na 1.^a Comissão e na Comissão de Defesa. Portanto, foi sempre em circunstâncias de trabalho parlamentar que nos obrigavam, no bom sentido do termo, a interagir, a dialogar, com todas as forças — todas, e são mesmo todas, rigorosamente todas —, da extrema-direita à extrema-esquerda, passando pelos partidos mais moderados.

Eu fico sinceramente preocupado, enquanto democrata, com um caminho em que — e não quero imiscuir-me nas questões do Parlamento —, aparentemente, critérios partidários estão a sobrepor-se ao interesse geral,...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves e do Deputado do CH André Ventura.

... nomeadamente, naquilo que é a aferição da aptidão de pessoas para exercerem determinadas funções, no decurso de audições parlamentares que são realizadas,...

Protestos de Deputados do PS.

... sobretudo, para que haja um esclarecimento prévio daquele que é o entendimento, o pensamento, das pessoas para o exercício das funções às quais se candidatam ou para as quais estão pré-designados.

Aconteceu recentemente, na Assembleia da República, um episódio — sinceramente, visto de fora — negativo para a democracia, que foi a não aprovação de uma candidatura para suprir um lugar no Tribunal Constitucional. É um direito das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados, eu não ponho em causa o exercício do direito.

Vozes do PS, do BE e do L: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O que não posso deixar de observar é a fundamentação, ou a falta dela, para essa tomada de posição.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A sério?!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — E devo dizer-lhe, sobre o caso concreto que colocou aqui em cima da mesa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O voto é secreto!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... que o Governo propôs uma pessoa para o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP. Já houve uma primeira verificação da CReSAP,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — E bem! E bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... já houve, naturalmente, uma aferição do Governo, e é muito importante que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, e os respetivos grupos parlamentares, também o façam.

O Parlamento dirá o que é que entende, na sua pronúncia não vinculativa e no parecer que nos vai endereçar. Nós temos todo o respeito pela pronúncia da Assembleia da República, mas eu quero-lhe garantir aqui, em nome do Governo, que, se a fundamentação aduzida não tiver o critério objetivo de ilustrar a inaptidão da pessoa para o lugar, o Governo, apesar de não querer ter nenhuma posição de hostilidade em relação à Assembleia da República, não vai acatar um parecer negativo que não tenha uma fundamentação suficientemente forte e consolidada. Portanto, tomaremos, em conformidade, a nossa decisão de designação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sinceramente, Sr. Deputado, acho que faz falta a quem aqui ergue a voz com os princípios do funcionamento regular e democrático das instituições do Estado...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — É respeitar!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... que todas as ações, rigorosamente todas, possam estar eivadas desses princípios e não possam sucumbir a interesses individuais, partidários,...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O trumpismo chega Lisboa!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... que, muitas vezes, não têm a ver com aquilo que está subjacente às determinações que a lei prescreve para a intervenção da Assembleia da República.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Estamos a falar do IMT!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Depois, Sr. Deputado, ainda sobre uma outra questão que suscitou, quero dizer-lhe que, efetivamente, temos, em Portugal, um problema no acesso às nossas unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde, com alguns cidadãos estrangeiros que procuram uma resposta — que o Estado português, de boa-fé, garante —, através de redes organizadas, portanto, com princípios de fraude que lhes estão subjacentes, para aproveitar precisamente o humanismo das nossas leis e o humanismo daqueles profissionais que prestam serviço no Serviço Nacional de Saúde.

Para que fique claro, nós nunca negaremos um cuidado de saúde a um ser humano em dificuldade e que precise dele de forma absolutamente insubstituível. Nós nunca deixaremos de prestar assistência aos cidadãos nacionais, aos cidadãos estrangeiros que estão no nosso território,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Todos pagam!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... aos cidadãos estrangeiros que trabalham e que estão integrados na nossa comunidade. Mas teremos de ter, efetivamente, mecanismos de combate ao abuso e à fraude que se comprove estarem relacionados com redes internacionais que procuram aproveitar-se destes princípios.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É verdade que creio que mesmo aqueles que nos antecederam no exercício destas funções tinham preocupação com este fenómeno. É verdade que há uma disposição na Lei de Bases da Saúde que de alguma maneira condiciona o poder legislativo. Mas caberá também à Assembleia da República poder visitar esse instrumento de base e criar as condições que habilitem o legislador, seja a Assembleia da República seja o Governo, a poder, em conformidade, combater este fenómeno, porque há coisas que não podemos aceitar: não podemos aceitar o abuso, não podemos aceitar a fraude, porque o abuso e a fraude são o caminho para prejudicar aqueles que verdadeiramente precisam e preenchem as condições para ter uma resposta.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nesta circunstância, Sr. Deputado, não vou imiscuir-me no combate político entre os partidos e as bancadas nesta Assembleia da República. No entanto, nas trocas de galhardetes entre as bancadas não deixei de notar que muito se disse, mas não se contrariou — nem é possível fazê-lo — dados que são objetivos. Objetivamente, a Assembleia da República tem assumido posições contrárias ao Governo...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — E tem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e essas posições só são suscetíveis de ser aprovadas na Assembleia da República porque as forças políticas que têm representação suficiente colaboram com a sua posição para que isso aconteça.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

A interpretação do que está por trás de cada uma dessas tomadas de posição, deixo ao critério, nesta circunstância, das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Dos pensionistas, de quem paga portagens!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Noutras circunstâncias, em que estou investido como presidente de um partido político, não deixo de ter oportunidades, noutros fóruns, de falar sobre isso. E não me calarão a voz na denúncia dessa situação.

Aplausos do PSD.

Uma última nota, aproveitando este minuto que me resta, para dizer que, no entanto, fui informado que — sem novidade, é certo, mas ainda assim com grande importância e relevância — Portugal, conjuntamente com a Espanha e Marrocos, acabou de receber das instâncias internacionais do futebol a incumbência de realizar o Campeonato do Mundo de 2030. Por isso, quero aqui dizer, em nome do Governo...

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já estava decidido!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não sei se estas manifestações sonoras providas da bancada do PS significam adesão ao que estou a dizer.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa é que é a novidade?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O PSD já não existe!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Fomos nós!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas quero dizer, em nome do Governo — as Sr.^{as} e Srs. Deputados dirão de sua voz o que entenderem —, que é, efetivamente, um momento muito positivo. É um momento que vai mobilizar muitos recursos e muita da nossa capacidade de organização de eventos; é um momento de promoção do País e vai também ter um retorno económico.

Assim, quero, nesta ocasião, prestar a minha pública homenagem ao Sr. Dr. Fernando Gomes, Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, cujo desempenho, conjuntamente com a sua equipa, foi determinante nos últimos anos para assegurar, num contexto internacional, a credibilidade do nosso País em várias circunstâncias e também na organização de grandes eventos.

Estou convencido de que será um grande momento da afirmação dos nossos valores e da nossa paixão nesta área concreta.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Embora o Sr. Primeiro-Ministro já não tenha tempo para responder, o Grupo Parlamentar do PSD dispõe ainda de 1 minuto e 4 segundos; portanto, dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares para formular perguntas ao Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, em nome da bancada do Grupo Parlamentar do PSD, associo-me aos cumprimentos à Federação Portuguesa de Futebol e ao seu Presidente, o Dr. Fernando Gomes, por Portugal vir a organizar o Mundial 2030.

Não tenho qualquer tipo de dúvida de que é essencialmente mérito da Federação Portuguesa de Futebol.

Mas quero dirigir um cumprimento especial a este Governo e ao Governo anterior, que iniciou o processo e lançou as bases para que isto fosse possível nos apoios necessários.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Ah!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Apesar do bruaá da bancada do PS, aquando do seu cumprimento há pouco, nesta bancada fazemos justiça a todos, sem sectarismo.

Aplausos do PSD.

Em resposta ao repto que aqui deixou aos grupos parlamentares, queria, Sr. Primeiro-Ministro, dar-lhe só nota para dizer o seguinte: em nome do Grupo Parlamentar do PSD, informo por esta via o País que amanhã mesmo apresentaremos em conferência de imprensa...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Às 22 horas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... uma iniciativa legislativa que nos parece ser justa, equilibrada e que pretende corrigir de uma vez por todas o acesso de imigrantes ao Serviço Nacional de Saúde, para que ele possa ser feito de forma regrada, cuidada e justa, sem que o País falhe a quem verdadeiramente precisa.

Aplausos do PSD.

Era «cidadãos estrangeiros» que queria dizer. Enganei-me, como é evidente!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao Grupo Parlamentar do Chega, que tem até um total de 9 minutos e 30 segundos.

Dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o a si e ao seu Governo e — porque na altura, em 2030, já será o Chega a governar Portugal —...

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Medo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... prometo convidar o antigo líder do PSD e o antigo líder do PS para se juntarem a assistir aos jogos que Portugal certamente vencerá.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas eu não queria deixar de iniciar esta intervenção, Sr. Primeiro-Ministro, sem responder à sua bancada fazendo um *copy-paste* em relação ao conluio do PSD com o PS nos últimos anos.

Risos do CH.

Quem votou a favor as políticas de imigração em Portugal? PSD e PS.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem acordou, contra a promessa eleitoral, um voto de descida do IRC mínimo e insignificante? O PSD e o PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem escolheu votar e viabilizar o Orçamento do Governo para o próximo ano? O PSD e o PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem escolheu Aguiar-Branco para presidir à Assembleia da República? O PSD e o PS.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É verdade, é um conluio!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — E digo-vos mais: ouvimos o Sr. Deputado Hugo Soares falar dos governos anteriores, mas nós sabemos quem foi o partido que mais votou ao lado do PS durante a geringonça. Imaginem, foi o PSD e foi a bancada que aqui está ao seu lado!

Aplausos do CH.

Repito, foi o PSD e a bancada que aqui está ao seu lado!

Por isso, Sr. Presidente, só há um conluio conhecido de todos em Portugal: é o conluio que há 50 anos — há 50 anos! — mantém o sistema vivo e podre como o conhecemos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... quando dá por um lado e tira por outro.

Aplausos do CH.

É o sistema dos dois partidos, dos 50 anos de governo entre os dois. Repito, 50 anos de governo.

Aplausos do CH.

Este é o único conluio que conhecemos em *copy-paste* para Portugal.

Porém, Sr. Primeiro-Ministro, não é disto que lhe quero falar hoje. Quero falar-lhe precisamente das promessas que fez e não cumpriu e do que temos na área da saúde hoje em Portugal.

O Sr. Primeiro-Ministro prometeu, há uns meses, que iria reduzir substancialmente as listas de espera, os tempos de espera e acabar com o acesso demorado, para lá do tempo esperado, no caso da cirurgia oncológica.

De acordo com os dados que temos ao momento de hoje, em agosto, 8000 doentes — repito, Sr. Primeiro-Ministro, em agosto, 8000 doentes oncológicos — estavam em lista de espera para cirurgia e, neste momento, mais de 1250 continuam em lista de espera.

O que tenho aqui na minha mão, Sr. Primeiro-Ministro, é grave demais e por isso não vou entregar-lho a si, mas vou mostrar ao País.

O orador exibiu o documento que mencionou.

Isto que está aqui foi um agendamento feito não por médicos, não pelos serviços clínicos, mas por ordem política. Repito, um agendamento feito por ordem política. Por isso vou ler, usando o tempo que o Governo tem, para que o País saiba do que estou a falar.

Diz o seguinte: «Excelentíssimos Senhores, após consultar a minha área pessoal no SNS, verifiquei que já foi agendada a minha cirurgia» — estamos a falar das tais cirurgias a que o Sr. Primeiro-Ministro se estava a referir.

Esta foi a resposta; tenho-a aqui, Sr. Primeiro-Ministro, e posso depois indicá-lo.

O orador exibiu o documento que mencionou.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Diz o seguinte: «Bom dia, o serviço...» — a que não me vou referir, por questões de dados pessoais — «... desconhece os critérios do presente agendamento, que não foi clínico...» — sublinho, «que não foi clínico». E continua: «Assim, não se confirma este agendamento e não existe data nenhuma confirmada. As expectativas criadas com este agendamento fictício devem ser respondidas superiormente, com contornos éticos, deontológicos e legais».

Este *email*, Sr. Primeiro-Ministro, é de 11 de setembro de 2024.

Mas continua: «Boa tarde, tomámos conhecimento de quatro doentes». Note, quem envia este *email* é o secretariado clínico do hospital. Diz o *email*: «Tomámos conhecimento de quatro doentes que foram agendadas as suas cirurgias sem qualquer conhecimento ou parecer das equipas que o deviam ter feito, o que resultará, forçosamente, num programa que não é cirúrgico, em agendamentos que não são cirúrgicos, e que resultará no cancelamento destes doentes.»

Mais tarde, Sr. Primeiro-Ministro, a resposta final foi esta: «Os agendamentos realizados foram feitos por indicação do Sr. Diretor, pelo que deve este serviço proceder à gestão dos agendamentos efetivos, que são provisórios e não clínicos. Chamo a atenção para este tipo de agendamentos que estão a ser feitos.»

Sr. Primeiro-Ministro, tenho de lhe dizer isto: por ordem do seu Governo, estão a ser feitos agendamentos que não obedecem a critérios médicos nem clínicos, com um único objetivo,...

Protestos do PSD.

... que é o objetivo de reduzir listas de espera e de reduzir cirurgias que aparentemente continuam em falta.

Sr. Primeiro-Ministro, isto não é gerir bem a saúde. Isto é uma fraude política, que as pessoas estão a pagar com o seu direito de acesso à saúde.

Aplausos do CH.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Vocês perceberam? O que é que se diz a isto?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — No Algarve perceberam, por isso ficaram em terceiro!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, sobre a primeira parte da sua intervenção — uma vez que quis tocar esse tema — quero dizer-lhe muito rapidamente que o Sr. Deputado deturpa a realidade num duplo sentido.

Em primeiro lugar, porque, para além daqueles exemplos que foram dados aqui em que o voto do Chega foi determinante para aprovar iniciativas do Partido Socialista, o Sr. Deputado responde,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Desculpe lá, somos 50!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Com certeza! Essa é a segunda parte. A segunda parte é que o Sr. Deputado só é relevante agora porque tem uma representação parlamentar...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, os outros não são! Não interessam!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado até aqui não se podia queixar. Não tinha representação, portanto, de facto, aí estava inibido dessa responsabilidade. Não era o seu voto sozinho, nem quando tinha 12 Deputados, que fazia a diferença.

Protestos do CH.

Agora faz a diferença, portanto tem um acréscimo de responsabilidade e tem de responder por ela.

Por conseguinte, o Sr. Deputado quis efetivamente aprovar a proposta do Partido Socialista relativamente ao IRS; o Sr. Deputado quis aprovar a eliminação de portagens; o Sr. Deputado quis alargar a abrangência do IVA reduzido na eletricidade; o Sr. Deputado quis aprovar a proposta do Partido Socialista, na especialidade, do Orçamento do Estado, relativamente às pensões; e o Sr. Deputado até quis aprovar uma iniciativa que impede o Governo de tornar efetiva uma medida que pré-anunciou mas que ainda não estava tomada, que era o fim da publicidade na RTP (Rádio Televisão de Portugal).

O Sr. Deputado chegou ao cúmulo nessa vontade de estar ao lado do Partido Socialista e, aliás, dos partidos da esquerda. Devo dizer que fiquei perplexo quando me transmitiram que o Chega tinha viabilizado 66 % das propostas, na especialidade, providas dos partidos da esquerda parlamentar. Não deixa de ser um *score* interessante para o Sr. Deputado agora se poder desfazer em desculpas para justificar porque é que o fez, à luz desse pensamento terrível!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

À luz desse pensamento terrível, que é os partidos com maior representação chegarem a entendimentos ao longo de 50 anos! Mal estaríamos se a democracia não fosse disso capaz!

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Mal seria!

Os senhores não fizeram parte disso. Mas já estão a fazer agora, porque, fruto dessa ligação, os senhores estão a alterar agora muitas coisas que, entretanto, mencionei e mais esta, que é o cúmulo. Repito, é o cúmulo!

É verdade que, no âmbito de um programa para a comunicação social que está em discussão pública, o Governo pré-anunciou a sua predisposição para, de forma faseada, acabar com a publicidade na RTP.

Não vou discutir agora a substância da matéria. O Governo anunciou isso. Está num plano, está em discussão pública.

Ora, o Chega juntou-se à esquerda para inviabilizar uma medida que nem sequer foi tomada, Sr. Deputado. É o cúmulo!

Os Srs. Deputados, de facto, têm que medir melhor a responsabilidade que é ter 50 Deputados nesta Assembleia da República, se me permite a observação.

Aplausos do PSD.

Sobre a questão da saúde, lamento, mas o Sr. Deputado coloca-me uma questão que tem uma resposta que é impossível. Eu não sei qual é o hospital, não sei qual é o utente, não sei qual é a justificação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então eu vou-lhe dizer!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — É o que já devia ter feito!

Protestos do PSD.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Se o Sr. Deputado não quer — e acho que faz bem — violar as regras de proteção de dados, o que posso pedir-lhe é que me faça chegar essa informação, e prometo que vou tentar indagar e averiguar.

Há uma coisa que lhe quero garantir: o Governo não deu instrução nenhuma a nenhum serviço para ultrapassar a legalidade e o funcionamento regular das instituições, nomeadamente das instituições de saúde, que agendam e realizam atos clínicos.

Não estamos a fazer nenhuma operação de cosmética com os números. Não estamos, Sr. Deputado! Repito, não estamos. Não estamos a fazê-lo!

Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

Nós estamos a fazer um esforço muito grande. No caso das doenças oncológicas, conseguimos recuperar a lista dos doentes que tinham ultrapassado o tempo que, do ponto de vista clínico, é o limite para poderem ser intervencionados. Foi um esforço enorme! De resto, 99,2 % destas cirurgias realizaram-se dentro do Serviço Nacional de Saúde, o que quer dizer que tínhamos capacidade instalada para poder acudir a esta solicitação que não estava a ser aproveitada, isto é, não estávamos a gerir as nossas disponibilidades de acordo com a relevância que, no caso concreto, as cirurgias oncológicas têm.

Portanto, sinceramente, Sr. Deputado, vamos continuar a tentar diminuir aquilo que o Sr. Deputado designou como listas de espera.

Mas temos de contextualizar: há espera dentro do tempo que é admissível do ponto de vista clínico; isso haverá sempre — não conseguimos, de um dia para o outro, garantir que quem chega a um hospital ou a um centro de saúde tem uma intervenção no dia seguinte ou mesmo na semana seguinte.

Protestos do CH.

O que é relevante nesta fase é que não haja listas que excedam o tempo máximo de resposta que devemos garantir.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas há!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas há!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já disse — e, aliás, o Governo anterior também o fez — que, nos casos em que o Serviço Nacional de Saúde não tem capacidade de o fazer, deve dar ao utente a possibilidade de este procurar outra resposta para, precisamente, poder ter a cirurgia que, do ponto de vista clínico, atingiu o limite razoável e admissível.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Sr. Deputado, isto é o que temos como política do Governo; se o Sr. Deputado tem conhecimento de alguma deturpação destes princípios, agradeço que no-la faça chegar, e nós, naturalmente, teremos todo o interesse em poder aprofundar o que está, eventualmente, a acontecer.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continua no uso da palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não quero manter-me muito mais na questão do conluio, acho que ele é evidente.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, desculpe lá se o fazemos cumprir a sua promessa eleitoral de descida do IRC!... Desculpe lá!

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

É que foi o Sr. Primeiro-Ministro que disse «nós vamos descer 2 % do IRC no primeiro ano». Ora, o Chega não fez conluio com ninguém, o Chega devolveu-lhe a honra da sua palavra, que devia ter mantido desde o início.

Aplausos do CH.

É muito simples: era a honra da palavra, era só isso. Em vez de se ir pôr nas mãos do Partido Socialista, era só isso.

Ó Sr. Primeiro-Ministro — com toda a franqueza! —, é como dizer: «O Chega acabou com as portagens numa série de estradas.»

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O PS! Foi o PS que acabou!...

Protestos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas já lhe disse aqui, Sr. Primeiro-Ministro, e repito-lhe: nós não descansaremos enquanto houver uma portagem em Portugal, uma!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vamos acabar com todas!

Aplausos do CH.

Vamos acabar com todas.

Sr. Primeiro-Ministro, isto agora é uma resposta de sim ou não. Percebo que queira fugir à questão, mas foi o Sr. Primeiro-Ministro que disse que já não havia listas de espera para cirurgias dos serviços oncológicos — não fui eu, não foi ninguém, foi o Sr. Primeiro-Ministro, quando falava da lista de espera para cirurgias. Ora, sabemos que há mais de 1250 pessoas na lista de espera para além do tempo de espera máximo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mais! Há mais!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que lhe pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, é se reconhece hoje que falhou nessa promessa; se reconhece que os dados são estes e que as pessoas continuam à espera.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Falhou à grande!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora os senhores inventaram as urgências referenciadas, em que, em vez de as pessoas irem para lá, têm de ligar: a grávida chega, vai para a outra porta, pega no telefone, liga para o hospital e assim já não conta como estando no serviço de urgências. Mas olhe, ontem, mesmo assim com essa cosmética toda, estiveram pessoas no Amadora-Sintra 14 horas à espera!

Ó Sr. Primeiro-Ministro, isto não é digno do que nos está a dizer, que havia um plano de emergência para aqui e um plano de emergência para ali. A questão é simples: reconhece ou não que falhou?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Continuam doentes à espera, o serviço de saúde está péssimo, o INEM continua péssimo, o senhor falhou nas promessas que fez em matéria de saúde.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, não, não reconheço; não reconheço, porque aconteceu precisamente o contrário.

Protestos do CH.

Todos os tempos de espera estão a diminuir. E vou repetir: no caso dos doentes oncológicos, todos aqueles que tinham um tempo máximo de resposta garantido ultrapassado, ou foram intervencionados ou foram agendados.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como este foi agendado!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Até posso admitir que pode haver alguns casos, serão sempre muito poucos,...

Vozes do CH: — Poucos?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em que, tendo estado agendados, a cirurgia possa não se ter realizado...

O Sr. **André Ventura** (CH): — E porquê?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... por alguma razão atendível: uma razão de saúde; por vontade, até, do próprio; ou por alguma incapacidade momentânea do serviço. Não posso agora precisar, Sr. Deputado.

O que posso precisar é que recebemos uma lista, essa lista tinha milhares de utentes — não me recordo agora do número exato, mas eram cerca de 9000 — com o tempo máximo de resposta garantido ultrapassado e nós conseguimos fazer essas intervenções. Mas o Sr. Deputado não pode é querer usar a retórica para confundir as portuguesas e os portugueses.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não eram 9000!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isto não significa acabar com a lista de espera.

Uma coisa é esperar dentro do tempo máximo de resposta garantido — o mesmo é dizer, dentro de um padrão que é científico e clínico admissível —, outra coisa é ultrapassar esse limite. Temos muitas patologias onde esse limite é ultrapassado, muitas mesmo, e temos de ter prioridades na recuperação. A nossa foram os doentes oncológicos, mas há outras que estão em recuperação, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Falharam! Falharam!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vamos coligir esses dados — aliás, eles estão coligidos — e vamos dá-los à Assembleia da República para fazer esse acompanhamento.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — À Comissão Executiva do SNS!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado vai concluir que estão a ser feitas mais consultas, portanto, a diminuir os tempos de espera para as consultas; e estão a ser feitas mais cirurgias, portanto, a diminuir os tempos de espera para as cirurgias, em particular as oncológicas,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... tendo como princípio não ultrapassar o tempo máximo de resposta garantido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem ainda a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não eram 9000?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, é como lhe digo: a promessa não foi do Chega, foi sua. É por isso que estamos a chamar a atenção para uma promessa sua que falhou. E gostava que o Sr. Primeiro-Ministro reconhecesse, aqui no Parlamento, isso mesmo.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, far-lhe-emos chegar casos como este, que são graves e mostram a operação cosmética que está a ser levada a cabo no serviço de saúde para fingir que não há tempos médios de espera, para fingir que as listas de espera estão a diminuir.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é opinião! Quer ler o relatório?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, todos vimos e não é preciso sequer muita transmissão televisiva: consumo de droga à luz do dia nas principais cidades portuguesas, o aumento brutal da sensação de insegurança por parte das pessoas, e um anúncio seu, às oito da noite, que parecia, honestamente, uma brincadeira de governação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso! Põe-te a jeito!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Só que não é propriamente o Chega que o diz; são autarcas do PSD, como Carlos Moedas, em Lisboa, e outros pelo País todo. A insegurança está a aumentar brutalmente...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Brutalmente!... Está a aumentar brutalmente! Nem se pode sair à rua!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e isto não pode funcionar com o número de polícias que temos. Não é o Chega que o diz, Sr. Primeiro-Ministro, mas era o Sr. Primeiro-Ministro, na campanha eleitoral, que dizia que não havia problema nenhum. Agora reconhece que há, pelo que lhe quero fazer uma pergunta. Temos um país assolado pela insegurança.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas isso é opinião ou é confirmado?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Temos um país assolado, nas suas principais cidades, pelo consumo de droga a céu aberto — uma verdadeira epidemia de droga, uma verdadeira epidemia de droga. Quem está aí em casa sabe bem do que é que estou a falar.

Por isso, gostava de lhe perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, se, para lá de anúncios às oito da noite para comprar carros, consegue dizer mais alguma coisa às pessoas em matéria de segurança.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é confirmado? Ou é a opinião do Sr. Deputado?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Gostava de lhe perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, se consegue, verdadeiramente, dizer às portuguesas e aos portugueses que vai lutar pela segurança deles e não permitir a bandalheira que o PS já tinha permitido nesta matéria.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é opinião ou é confirmado?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu sei que querias ser assim, mas não lhe chegas nem aos calcanhares!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, nessa ocasião, nessa conferência de imprensa, o Sr. Deputado registou um investimento relativamente às viaturas, mas devia ter registado, porque eu o disse naquela circunstância, o seguinte: 7000 pessoas que foram identificadas, 10 000 veículos que foram fiscalizados, 2000 processos de contraordenação que foram iniciados e duas redes que foram desmanteladas — uma de imigração ilegal e outra de tráfico de seres humanos —, numa colaboração conjunta de equipas multidisciplinares, que, aliás, tinha anunciado, da Guarda Nacional Republicana da PSP, da PJ (Polícia Judiciária), do Sistema de Segurança Interna (SIS), do ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho), da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), da ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica), da AT (Autoridade Tributária e Aduaneira), da Inspeção da Segurança Social, do IMTT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres) e da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quem liderou a operação? Foi o Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, tráfico de droga, armas ilegais, criminalidade violenta estão no nosso radar por uma razão, que também referi naquela noite em que, felizmente, falei para Portugal e os portugueses ouviram.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Então, não ouviram?!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E ouviram o quê? Que somos um país seguro, mas não podemos dormir à sombra da bananeira; temos de garantir que vamos continuar a ter um país seguro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, peço desculpa, mas foi uma intervenção um pouco ridícula àquela hora.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Para si! Para si!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ele mudou de opinião depois, também!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o que acho, honestamente. E acho que o País todo ficou com essa sensação, de que o Sr. Primeiro-Ministro ia fazer um grande anúncio sobre essa matéria.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de lhe perguntar sobre os bombeiros sapadores. É, mais uma vez, pela sua arrogância que os bombeiros estão no clima em que estão.

Já tinha dito «nem mais um cêntimo para os polícias e para as forças de segurança». Esperávamos que, naquele famoso anúncio às oito da noite, viesse falar do subsídio de risco, de facto, para as forças de segurança. Não o fez. E agora não quer negociar com os bombeiros sapadores.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Nem deve! Nem deve!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Presidente da República já o mandou negociar com os bombeiros sapadores. E acho, Sr. Primeiro-Ministro, que é hora de dizer ao País se vai ou não encetar essas negociações e o que é que vai fazer para que esses homens e mulheres que nos defendem todos os dias, com a sua farda, não sejam tratados como criminosos em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, o Sr. Deputado fala para os partidos, o Sr. Deputado fala para os articulistas. Eu não! Eu falo para as pessoas, para os portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Foi isso que fiz naquela circunstância. Acredite que eles ouviram bem, e ouviram e valorizaram. E falei também para as forças e serviços de segurança.

É que o seu blá-blá-blá depois esbarra na realidade. Naquele dia, era interessante e importante dizer às forças que estavam a atuar no bom sentido, todas elas. E o Sr. Deputado aí não se associou.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em último lugar, Sr. Deputado, quanto aos bombeiros sapadores: já fizemos 12 reuniões, estamos interessados em negociar dentro de princípios de razoabilidade e respeito pelo Estado democrático. Não negociamos sob coação,...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... nem negociamos sob instrumentalização política das forças de segurança.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Pausa.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Sr. Deputado, vamos esperar só um bocadinho, porque houve vários Deputados que decidiram sair da sala.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Tem significado!

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Agora sim, penso que estão reunidas as condições necessárias, pelo que tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, depois da grande estagnação socialista, entramos na era da apatia social-democrata.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E agora vai crescer menos!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E isso tem consequências. E a primeira consequência é que uma situação em que o contrato social estava a ser rasgado com a governação socialista, continua a ser rasgado com a governação social-democrata.

Vou dar-lhe alguns exemplos. Os portugueses — muitos portugueses, centenas de milhares de portugueses — pagam uma elevadíssima carga fiscal. Era normal, portanto, que pudessem usufruir de serviços públicos.

Mas o que é que acontece? Hoje em dia, para ter saúde é preciso, muitas vezes, recorrer ao setor privado. Hoje em dia, para ter educação é preciso recorrer, muitas vezes, ao setor privado. Hoje em dia, para ter mobilidade é preciso, muitas vezes, recorrer a automóvel próprio, porque a CP (Comboios de Portugal) e o metro não prestam, durante demasiados dias, o serviço que deviam prestar. Esta é, portanto, a consequência que vivemos hoje.

Os portugueses têm dificuldade em acreditar nos serviços de saúde, em acreditar na educação, em acreditar nos transportes.

Portanto, o contrato social está a ser rasgado, porque aqueles que pagam não têm serviço. E aqueles que pagam provavelmente aceitariam, até, já no limite, uma situação em que pagam e não têm o serviço, mas aqueles que precisam do serviço e não têm recursos beneficiam dele. Mas nem isso, Sr. Primeiro-Ministro.

Vamos ver exemplos concretos.

Na saúde, estamos com 1 milhão e 500 mil portugueses sem médico de família.

Olhemos aos transportes e ao que se passou na semana passada. Tivemos uma situação em que o Sr. Ministro Leitão Amaro e os maquinistas tiveram uma alteração sobre um conjunto de afirmações que foram feitas. Resultado: portugueses sem transporte ferroviário.

Portanto, o que lhes quero dizer é: saiam da frente! É que se houvesse concorrência, se não estivéssemos reféns de um serviço estritamente público, os portugueses teriam, ao menos, alternativa. Mas não têm.

Enquanto se entretêm a discutir aquilo que um disse e que os outros entenderam, os portugueses ficam na estação à espera, e isso, francamente, não é aceitável.

Olhemos também à educação e aos resultados que vieram ontem da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico): 40 % dos adultos portugueses não têm competências mínimas. Olhemos ao resultado do TIMSS (Trends in International Mathematics and Science Study): os alunos do 8.º ano de escolaridade tiveram uma descida muito pronunciada nos seus resultados.

Diz o Sr. Presidente da República: «Éramos felizes e não sabíamos.» Eu acho que não éramos felizes, mas não sabíamos. Não sabíamos destes resultados, porque, senão, não poderíamos ser felizes.

Indo ao concreto, Sr. Primeiro-Ministro, na educação, já se falou aqui, por exemplo, do número de alunos sem professor. Já sabemos desta incapacidade do Estado em ter números fiáveis, e eu não vou entrar na discussão sobre se a responsabilidade é do PS ou da AD (Aliança Democrática), mas interessa-me uma outra coisa.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Está anunciado que, em janeiro do próximo ano, mais de 300 professores irão para a reforma. Está anunciado que, no próximo ano, cerca de 4000 professores irão para a reforma. Foi tomado um conjunto de medidas: apoios extraordinários, horas extra, concursos extraordinários. Como é que os senhores garantem e como é que veem o próximo ano? Qual é o número de alunos sem professor que vai haver nas escolas públicas em janeiro, em fevereiro, em março, em abril, e quais são as medidas que podem tomar sobre esta matéria?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, relativamente ao diagnóstico, estamos de acordo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado, enfim, designou esse diagnóstico como o resultado dos tempos da estagnação socialista e eu, nesse contexto, não tenho nada a acrescentar. É verdade que o contrato social estava posto em causa e a nossa pré-disposição é a de resgatar esse contrato e a relação de confiança entre os cidadãos, as instituições e o Estado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É uma loucura!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É isso que estamos a fazer na saúde, é isso que estamos a fazer na educação, é isso que estamos a fazer nos transportes. Não tenha dúvidas, Sr. Deputado.

Evidentemente, os problemas são profundos, os problemas são de uma gravidade enorme e, portanto, vão demorar algum tempo a resolver. Nós não vamos sequer conseguir resolvê-los todos, no período desta Legislatura. Mas não tenha dúvidas de que vamos resolver muitos e vamos atenuar muitos efeitos daqueles que não teremos capacidade para resolver num período de tempo tão curto.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que, no caso dos transportes, até acho que há aí alguma injustiça na sua apreciação — aliás, como na saúde e na educação, mas, no caso dos transportes, é ainda mais visível —,

porque se há coisa que este Governo fez foi melhorar a acessibilidade dos cidadãos ao transporte público e, em particular, ao transporte ferroviário, por várias razões que têm a ver com a melhoria do serviço, com a acessibilidade e até também com a promoção de políticas de sustentabilidade ambiental.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que, no caso da saúde, temos muitas frentes e estamos a atuar nessas frentes. Focou o exemplo dos médicos de família, da medicina familiar. Além do esforço que estamos a fazer para atrair e reter recursos humanos, em particular médicos de medicina geral e familiar, temos tido a ocasião de levar por diante algumas transformações, umas que tinham sido pensadas e não executadas e outras que nós inovámos. É o caso, por exemplo, do lançamento do processo para a criação de unidades de saúde familiar de modelo C, que está neste momento em curso, já tem várias entidades públicas e privadas que se estão a candidatar...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e que eu espero que, num futuro próximo, possam entrar em funcionamento e demonstrar que são uma resposta capaz para mobilizar recursos humanos e para poder dar a réplica que hoje não há.

Estamos também a olhar para a capacidade instalada que — e o Sr. Deputado sabe que é a nossa filosofia — existe seja no setor privado, seja no setor social, seja até em unidades de saúde que são do Serviço Nacional de Saúde e que têm gestão feita por privados.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós fizemos um acordo com o Hospital de Cascais para poder dar uma resposta de medicina familiar a 75 000 utentes. Até lhe vou dizer, Sr. Deputado, e creio que já o disse numa outra ocasião na Assembleia da República, que o valor que contratámos, o valor/hora contratado dos profissionais de saúde, em particular dos médicos, para cumprir esse acordo, é até inferior àquele que praticamos no Serviço Nacional de Saúde. Não vou dizer que esta é solução para todos os problemas, mas estou a dizer que traz a vantagem de dar uma resposta e, do ponto de vista financeiro, é ainda suscetível de poder, enfim, trazer uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros. Vamos continuar a fazer isso.

Sempre disse que não temos, neste momento, no Serviço Nacional de Saúde, capacidade para dar médico de família a 1 milhão e meio de portugueses que ainda carecem dele — há uns meses, eram 1 milhão e 700 mil.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

E como não temos, vamos aproveitar a capacidade instalada, não perdendo de vista o reforço da capacidade do Serviço Nacional de Saúde,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque é preciso dar uma resposta urgente a todas as carências que há, hoje, no País.

Depois, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que, apesar de ser verdade, não vai responsabilizar este Governo pelos resultados do TIMMS e pelos resultados das qualificações das pessoas adultas. Vai apenas, como fez — e eu acho que é um bom estímulo para o Governo —, referi-los como um ponto de partida para nós termos políticas públicas, no caso da educação, mais eficientes, que valorizem a qualidade e, por via disso, o resultado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continua no uso da palavra o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, tinha-lhe feito uma pergunta concreta, que é: com a perspetiva que existe de saída dos professores por via da reforma, quantos alunos haverá sem professor em janeiro, em fevereiro?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tem razão, esqueci-me!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, pode escolher o mês em que se quiser colocar, mas a minha pergunta é: uma vez que tinham assumido um objetivo de 90 %, qual é, de facto, a vossa previsão? Quais são as medidas? Pergunto também se pode ou não comprometer-se com um número. Se me disser que não se pode comprometer com um número, também entendo, porque já percebi que não há dados — isso não é aceitável, mas é entendível.

Na saúde, Sr. Primeiro-Ministro, creio recordar — corrigir-me-á se eu não estiver a dizer coisas certas — que, no Programa Eleitoral da AD, havia a promessa de, até ao final de 2025, não haver nenhum português sem médico de família. Queria perguntar-lhe se vai cumprir essa promessa ou se quer aproveitar este debate para rever esse objetivo, em função do conhecimento que tem até esta data.

Ainda na saúde, queria fazer-lhe outra pergunta, que é a seguinte: a Sr.^a Ministra da Saúde declarou, há uns dias, que iria dedicar 70 % do seu tempo ao INEM. A competência do INEM estava delegada numa Secretária de Estado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora está na Ministra!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Aquilo que pergunto é: se a Sr.^a Ministra dedica 70 % do tempo ao INEM, quanto tempo é que a Sr.^a Secretária de Estado lhe dedicava? Se eram os mesmos 70 % do seu tempo — presumo que até era mais —,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... o que é que a Sr.^a Secretária de Estado está a fazer nesta altura?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, tenho de lhe pedir desculpa, porque, efetivamente, me esqueci daquela pergunta final no meio das considerações que teceu, mas tenho os números para lhe dar.

Como sabe, tomámos várias medidas,...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Não cumpridas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... entre as quais a realização de um concurso externo extraordinário e o incentivo financeiro à deslocação de professores para as escolas mais carenciadas. Com isto, já conseguimos os seguintes resultados: tivemos 469 docentes que se iam aposentar e que, entretanto, manifestaram a sua intenção de não o fazer. O mesmo é dizer que iam sair do sistema e decidiram ficar.

Depois, tivemos um retorno à carreira docente de 698 professores que tinham saído e tivemos 40 351 novos contratos de docentes para este ano letivo.

Relativamente aos efeitos diretos das medidas, em particular do concurso extraordinário e do incentivo financeiro à deslocação, o que lhe posso dizer? No concurso extraordinário foram abertas 2309 vagas e preenchidas 1731. Em relação aos pedidos de ajuda financeira para a deslocação, recebemos 4919 candidaturas e foram atribuídos 1931 incentivos financeiros à deslocação.

Sr. Deputado, chega?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, Chega!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não chega, nem aqui, nem ali. Não chega. Não chega, de todo, mas é um caminho que estamos a percorrer para, valorizando a carreira e os instrumentos de incentivo, podermos ter maior retenção de recursos humanos no nosso sistema.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Embora o Sr. Primeiro-Ministro já não tenha tempo para responder, tem a palavra para continuar a formular perguntas o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, agradecendo os dados que nos trouxe, devo registar que eles são todos virados para o passado ou para o presente.

As minhas perguntas eram claras: para o ano, os portugueses vão ou não ter todos médico de família, como a AD prometeu no seu Programa Eleitoral? Presumo que não, porque senão ter-me-ia dito que sim.

Para o ano, quantos alunos haverá sem professor no início do próximo ano letivo, durante o ano letivo e no final? Isto porque, repito, vão sair do sistema cerca de 4000 professores e todas as medidas que aqui referiu, que são reais, dizem respeito a um tempo que já se esgotou, que é o de agora e do esforço que foi feito agora para repor essas saídas.

Queria também perguntar-lhe se nos consegue esclarecer um mistério que me acompanha há algum tempo. É que, desde 2015, quase 100 000 novos funcionários foram admitidos na Administração Pública. E, entretanto, diz-se que faltam médicos, faltam professores, faltam pessoas no INEM, faltam polícias. O que é que estas pessoas estão a fazer?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A trabalhar!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sabemos isso ou não sabemos — tal como não sabemos quantos alunos não têm professor? Quando puder, agradecia que respondesse a essa pergunta.

Por último, a Sr.^a Ministra da Justiça falou de várias medidas sobre corrupção, pacotes de combate à corrupção, alguns deles reciclados. Queria perguntar-lhe se essas medidas vão ser aplicadas também na Madeira.

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Agora que teve graça, não teve direito a resposta!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para formular perguntas, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em 2008, o Governo de José Sócrates fez publicar um decreto-lei em que prolongava o concurso por 27 anos, ou melhor, prolongava a concessão por 27 anos, sem concurso, do terminal de Alcântara do Porto de Lisboa à Mota-Engil. O Tribunal de Contas arrasou esse decreto-lei e o PSD opôs-se a ele, tal como o Bloco de Esquerda.

Em 2010, esse decreto-lei foi revogado, por vontade e projeto do PSD, com um único argumento: o prolongamento de contratos de concessão dos portos, e do Porto de Lisboa em particular, sem concurso, era um favor ao concessionário privado.

Ora, esse era o decreto de José Sócrates/Mário Lino, de 2008. Este é o decreto Montenegro/Pinto Luz, de 2024.

A oradora exhibe o documento que referiu.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eh, lá! De Montenegro/Pinto Luz?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ele foi publicado há umas semanas e teve muito pouca atenção, a não ser um aviso meio enigmático por parte do Presidente da República, que ninguém compreendeu muito bem.

Mas o que o Governo faz neste decreto é alargar o prazo máximo de concessão dos portos de 30 para 75 anos, repito, de 30 para 75 anos! Nós sabemos quem são as empresas que têm os portos em Portugal: é um grupo turco muito pouco recomendável, diga-se de passagem, é o grupo ETE (Empresa de Tráfego e Estiva, S.A.) e é o grupo Sousa, da Madeira.

Protestos de Deputados do PSD.

O mais grave, Sr. Primeiro-Ministro, é que o decreto-lei Montenegro/Pinto Luz permite não só novas concessões até 75 anos, como permite estender os contratos anuais sem concurso, sem concorrência, sem nenhum mecanismo de mercado. É, aliás, uma opção muito pouco liberal, devo dizer.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Isso é que é pena!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a justificação para estes ajustes diretos milionários que quer fazer com os atuais concessionários dos portos é também ela espantosa. O Governo diz que o prazo inicial da concessão pode ser prorrogado até 75 anos, com fundamento na necessidade de assegurar amortizações e remunerações do capital que foi investido, no passado, pelo concessionário.

Ou seja, se o Estado estiver tão desprotegido que o privado consegue exigir um reequilíbrio orçamental, financeiro, no meio ou no fim do contrato, o Estado admite abdicar de um concurso e prolongar durante mais 45 anos um contrato que era mau e que originou a necessidade de um reequilíbrio financeiro. É um regresso às PPP (parcerias público-privadas) ruinosas, é uma carta branca que o Governo está a dar para eliminar a concorrência neste setor.

Sr. Primeiro-Ministro, o decreto-lei Montenegro/Pinto Luz bate aos pontos o decreto-lei Sócrates/Mário Lino. Queria perguntar-lhe: para quem é este decreto? Quais são os grupos que vão beneficiar do prolongamento de concessões na atribuição dos portos, sem concurso, sem concorrência, durante mais 45 anos?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, em primeiro lugar, deixe-me já dizer-lhe, para não me esquecer, que estas alterações legislativas não estão a pensar em ninguém.

Só mesmo alguém que tem, no seu pensamento, algum complexo, algum problema,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Alguém?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... é que pode estar a presumir que por detrás de uma alteração legislativa há um destinatário.

Não, são decretos-lei que se aplicam de forma geral e abstrata no nosso ordenamento jurídico e, portanto, aplicam-se a quem? Aplicam-se a todas as entidades, públicas e privadas, que intervêm nos respetivos processos. Não estamos a pensar em ninguém, nunca pensámos em ninguém e nunca pensaremos em ninguém, Sr.^a Deputada. Isso é uma insinuação gratuita, que não tem o mínimo de fundamento. Enfim, é apenas, e só, pura retórica que não tem nenhuma base de sustentação.

Deixe-me dizer-lhe que o decreto-lei a que se refere é o Decreto-Lei n.º 92/2024, de 25 de novembro, que efetivamente fixou a duração máxima dos contratos de concessão portuária em 75 anos e, em primeiro lugar, não tem nada a ver com o outro que a Sr.^a Deputada referiu. O outro que referiu dizia respeito a uma prorrogação, este não prorroga coisa nenhuma em concreto, fixa um novo prazo máximo das concessões.

Não mexe em nenhum contrato de concessão que esteja em vigor e faz alinhar a nossa legislação com a legislação que outros países foram adotando nos últimos anos, porque este mercado, naturalmente, é um mercado também competitivo, onde temos interesse que haja concorrência.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Havendo concorrência, as condições de retorno para o interesse público são mais vantajosas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se nós, em Portugal, tivermos um regime demasiado restritivo, no caso, do prazo, não fixando um prazo suficientemente apelativo, concurso a concurso, logo se verá, para que haja um retorno financeiro do investimento, os investidores vão investir para outra geografia, Sr.^a Deputada. É preciso compreender isto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É evidente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não estamos a pensar em ninguém em concreto, estamos a pensar no geral e vamos continuar a fazê-lo. Estamos a falar de infraestruturas que são importantes, que hoje reclamam, efetivamente, investimentos vultuosos do ponto de vista dos equipamentos, do ponto de vista da tecnologia. Nos casos em que tivermos de perspetivar cláusulas contratuais com maior duração, teremos de o fazer, mas fá-lo-emos sempre olhando ao interesse específico de determinado contrato e de determinada infraestrutura.

Sr.^a Deputada, não vamos inovar nada, vamos fazer aquilo que os outros estão a fazer em todo o lado. A Espanha, por exemplo, em 2014, alargou o prazo máximo de 35 para 50 anos, prorrogável até aos 75. A Espanha é aqui ao lado, não podemos ser indiferentes àquilo que acontece aqui ao lado.

Depois queria dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que o decreto nem é assim tão inovador como isso. Pelo contrário, aproveitámos, digamos, para o coordenar com o Código dos Contratos Públicos. No Código dos Contratos Públicos, estão as regras que a Sr.^a Deputada referiu *en passant*. A possibilidade de prorrogação existe em alguns contratos e noutros não. Isso depende do clausulado que está assumido, depende do programa do concurso respetivo, do caderno de encargos e, depois, do contrato final que foi celebrado entre concessionário e concedente. O mesmo se diga relativamente ao reequilíbrio económico-financeiro dos contratos que, para ser fixado, de resto, pressupõe a intervenção ou de um tribunal arbitral ou de um tribunal judicial.

Portanto, Sr.^a Deputada, o interesse público está acautelado de forma coerente no nosso edifício legislativo. Não estamos a pensar em nada, não estamos a proteger ninguém. Estamos a olhar para o interesse público de ter infraestruturas que têm boa utilização e que são potenciadas em todo o seu valor para criar condições para termos uma economia mais atrativa e, assim, servindo as empresas, servindo os cidadãos e os funcionários, que poderão, com melhores negócios, com melhores empresas, receber melhores ordenados, melhores vencimentos. É só isso que queremos atingir, não estamos a pensar em ninguém.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Têm de bater palmas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se quiserem também posso liderar a vossa bancada!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Estamos bem assim, obrigado!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continua no uso da palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, não estamos só a falar de mais 45 anos, até aos 75, para novos contratos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É de um *outsourcing*!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estamos a falar de prorrogar atuais contratos sem qualquer concurso durante mais 45 anos. E a resposta que o Sr. Primeiro-Ministro me deu foi exatamente a mesma que a ex-Secretária de Estado Ana Paula Vitorino e o Deputado Ricardo Rodrigues, do Partido Socialista, deram ao PSD quando, em 2008, o PSD contestou a prorrogação de um contrato de concessão dos portos sem concurso à Mota-Engil.

Portanto, a única coisa que posso fazer é usar as palavras do Deputado Luís Rodrigues, do PSD, que perguntava, em 2008: «Como é possível que, depois de o Relatório do Tribunal de Contas referir, sobre a Administração do Porto de Lisboa, que as concessões portuárias por mais de 30 anos são contrárias aos benefícios da livre concorrência [...], o Governo corra a aprovar uma concessão com um prazo total de 57 anos?!»

Não são 57 que o Governo quer aprovar agora, são 75! E faço-lhe a mesma pergunta que o Deputado Luís Rodrigues fez na altura à Secretária de Estado Ana Paula Vitorino: como é que é possível?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, reitero a resposta: será aplicável o Código dos Contratos Públicos, será aplicável o clausulado de cada contrato e será aplicável eventual decisão de um tribunal arbitral ou de um tribunal judicial.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continua no uso da palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, todas as respostas que me está a dar foram dadas pela Secretária de Estado Ana Paula Vitorino e pelo Deputado Ricardo Rodrigues, do PS, ao PSD, quando há anos esta discussão teve lugar.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O PSD apresentou um projeto para eliminar a possibilidade de prorrogação de concessões sem concurso. Por isso, repito a pergunta, e é muito simples: quais são os atuais concessionários? E não há muitos, é fácil identificá-los! Quais são os atuais concessionários?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Todos! Todos!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por sinal, há vários que têm as concessões a acabar agora, nomeadamente no Porto de Lisboa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os grandes!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quais são os atuais concessionários que vão ver as suas concessões prorrogadas por 45 anos, ou até 75 anos, sem um concurso internacional, sem concorrência, sem contrapartidas, sem transparência?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — São todos, sem concurso!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Diga-nos, por favor, quais são; caso contrário, há um decreto sem nenhum tipo de escrutínio e que, já agora, deveria ser...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tanto quanto percebi, porque nem conhecia esse assunto da altura dos Governos do Eng.^o Sócrates, essa discussão ter-se-á realizado na sequência de uma operação concreta de prorrogação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Para todas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é o caso aqui, estamos apenas a alterar a lei.

Agora, Sr.^a Deputada, para ser honesto, como sou sempre, de resto, e para responder diretamente à sua pergunta de quais são as empresas e quais são as infraestruturas aeroportuárias, vou dizer-lhe que não sei. Não faço a menor ideia. É que não faço mesmo! Não sei quantos operadores portuários estão neste momento em posição de serem concessionados, não sei neste momento qual é o prazo de duração de cada um dos contratos. Não sei, não estou a olhar para isso! Estou a olhar para o interesse do País, e é isso que vamos continuar a fazer: olhar para o interesse do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Para pedir a distribuição de um documento, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Queria entregar à bancada do Governo, por favor, a lista das concessões do Porto de Lisboa, que mostra como todos os prazos de concessão terminam em abril de 2025. Está publicada na *internet*, mas, como o Sr. Primeiro-Ministro não sabe, deixo-lhe ficar aqui a informação.

Aplausos do BE.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É para distribuir só à bancada do Governo ou também aos grupos parlamentares?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Só ao Governo.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — É só ao Governo.

Vamos passar ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, para formular perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, sobre o Mundial de 2030, fica aqui a sugestão de fazer tudo o que está ao seu alcance para retirar o País da submissão à Vinci para ver se chegamos a 2030 pelo menos com uma pista do novo aeroporto de Lisboa aberta.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mas queria ouvir a opinião do Sr. Primeiro-Ministro acerca das recentes declarações do Secretário-Geral da NATO (North Atlantic Treaty Organization), quando este veio sugerir que é preciso cortar dinheiro destinado à saúde e às reformas para ser desviado para a indústria da guerra.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Conhecendo as opções do seu Governo, conhecendo a submissão clara à NATO, à União Europeia e a outras instituições internacionais, a pergunta que lhe faço é em que áreas públicas é que vai cortar ou vai deixar de investir — e que tanta falta fazem, desde logo, até, na própria defesa nacional — para transferir para os interesses das cooperações de indústrias de armamento, de destruição e de morte.

Aplausos do PCP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — São vocês que nos defendem depois!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, nós não vamos cortar em nenhum, repito, em nenhum, dos serviços públicos essenciais para aumentar o nosso esforço na área da defesa. Vamos tentar fazer uma gestão mais eficiente de todos os setores da Administração Pública e vamos tentar fazer uma alocação de recursos para todas as áreas, incluindo a da defesa, que é importante para salvaguardar a nossa integralidade territorial, a nossa segurança e os nossos interesses espalhados por todo o mundo. Isto porque temos interesses espalhados por todo o mundo, como temos, na nossa idiosincrasia, enquanto povo, valores de respeito pelos direitos humanos, de respeito pela democracia, de respeito pelo desenvolvimento humano em todas as geografias, o que pressupõe também instrumentos de defesa e de dissuasão, instrumentos de intervenção, com missões humanitárias como as nossas Forças Armadas realizam, felizmente, com um reconhecimento extraordinário do ponto de vista internacional. Teremos de estar à altura desta responsabilidade.

Aliás, nós, um povo com quase nove séculos de história, um povo universalista, um povo que conquistou mundos, temos essa responsabilidade com a humanidade, se quiser, Sr. Deputado.

Não vamos inibir-nos de estar à altura da nossa responsabilidade também na nossa política de alianças. Precisaremos de investir mais na defesa nos próximos anos e fá-lo-emos. E vamos tentar fazê-lo, também, promovendo o desenvolvimento das nossas indústrias de defesa para podermos ter também algum retorno económico do investimento que as nossas políticas e os nossos financiamentos públicos podem acarretar.

Até lhe vou dar um exemplo: comprometemo-nos em contribuir, no âmbito da ajuda à Ucrânia, para uma iniciativa do Governo britânico no valor de 52 milhões de euros para a aquisição de material militar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em contrapartida, sabemos que esse valor vai ser investido na compra de veículos não transportados — vulgo, drones — que vão sair da indústria e da tecnologia portuguesa.

Portanto, aqui está um exemplo daquela que é a nossa visão: aumentar o investimento e aumentar também o retorno.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, concluo que vai, mais uma vez, respeitar e submeter-se aos interesses da NATO.

Permita-me voltar ainda ao Orçamento do Estado, porque ele não passou — aliás, o pior ainda está para vir, no início de janeiro. Devo dizer que é um Orçamento daqueles que exigem sempre menos Estado, mas que vivem à custa das regalias, da transferência dos dinheiros públicos, dos recursos que o Estado lhes confere, situação bem esplanada na emblemática descida do IRC, feita à medida dos grupos económicos.

Esses tais grupos económicos devem ter muito poder, porque só tendo muito poder é que se explicaria a ampla maioria que se gerou aqui de apoio a essa medida. PSD, PS, CDS, Iniciativa Liberal e Chega ficam na fotografia como aqueles que falam em nome dos pequenos, mas que governam e decidem para favorecer os grandes.

Há tanta coisa que falta ao País! Há escolas sem professores e auxiliares. Vamos entrar no inverno com uma situação muito preocupante no Serviço Nacional de Saúde: faltam médicos, faltam enfermeiros, faltam técnicos. Há tanta carreira para valorizar, tantos salários para aumentar. Assistimos, inclusive, a um corrúpio, a uma multiplicidade de membros do Governo que vieram diabolizar o aumento das pensões, dizendo «ai, ai, ai, aumentam as pensões e arreentamos com as contas públicas», mas, depois, decidem entregar 400 milhões de euros em IRC àqueles tais dos 32 milhões de euros de lucro por dia.

Queria, Sr. Primeiro-Ministro, que me dissesse uma das virtudes da descida do IRC que tanto apregoa. Para além do aumento dos lucros, diga-me uma única dessas virtudes, que se tenha traduzido no concreto, depois de, há 10 anos, pelas mãos do PSD, e também do PS e do CDS, ter descido o IRC em 4 %.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, até estamos de acordo com o objetivo final.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Eh, lá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não estamos de acordo quanto ao método, mas devo dizer-lhe que estamos de acordo em relação ao objetivo final.

O Sr. Deputado disse: faltam professores e auxiliares nas escolas.

O Sr. Deputado disse: falta dinheiro para valorizar as carreiras.

O Sr. Deputado disse: é preciso financiar o aumento das pensões, nomeadamente das mais baixas. Não disse assim, mas foi o que quis dizer.

O Sr. Deputado disse que é preciso valorizar o ensino, e, portanto, ter mais qualidade na escola pública.

É, Sr. Deputado! É isso que queremos com a descida do IRC. É que é isso mesmo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Diga uma virtude!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É preciso perceber que a descida dos impostos sobre a atividade das empresas é um instrumento de política económica que visa, em primeiro lugar, garantir maior capacidade para investir àquelas que já têm cá atividade: investir em recursos humanos, investir em tecnologia, investir em inovação, investir em equipamento.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Porque não investem?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E quanto àquelas que não têm atividade em Portugal, que têm atividade noutros países, é um instrumento para podermos atrai-las para cá. Se tivermos mais empresas e mais capacidade de criar riqueza na nossa economia vamos pagar melhores salários,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS, do PCP e do L.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... vamos ter instrumentos de financiamento do Estado, porque isso significa também pagar mais impostos, em quantidade — não é do ponto de vista da taxa, é em quantidade! —, o que vai permitir ao Estado salvaguardar as suas funções sociais.

O grande erro que a história já ensinou ao comunismo é que não é a pobreza que dá estas respostas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... é a riqueza, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A descida do IRC é uma política para enriquecer o País. Assumo esse objetivo, e responderei por ele politicamente, Sr. Deputado. É isso que está na base do meu pensamento, na base do pensamento deste Governo, e não nos vamos desviar.

Não diga é que esta descida é para beneficiar os empresários. Não! É para beneficiar as pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Até nós íamos batendo palmas!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor fez aqui um exercício, cujo esforço valorizo, mas... Eu perguntei-lhe: «Sr. Primeiro-Ministro, diga-me uma medida que se tenha concretizado quando, há 10 anos, se baixou o IRC em 4 pontos percentuais. Diga-me uma.» E o Sr. Primeiro-Ministro não disse nenhuma, levantou para a frente: «Vamos crescer mais, vamos distribuir melhor, vamos fazer isto tudo.»

A única coisa que aconteceu, de há 10 anos a esta parte, com a descida do IRC foi a maior concentração de lucros de que há memória nos grandes grupos económicos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Essa é que é essa!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Esta é que é a verdade. E o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu à pergunta que lhe fiz.

Sr. Primeiro-Ministro, não tendo tempo para mais, deixo uma consideração: não consta que, com a regulação do mercado, o gás tenha acabado em Espanha, e o Sr. Primeiro-Ministro até disse, há pouco, que não podemos passar ao lado do que acontece em Espanha. Pois, em Espanha, o custo da botija de gás é de 16 €.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São 13 €!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Em Portugal, por experiência própria, no passado domingo tive de pagar, no mínimo, o dobro desse valor.

A pergunta que lhe faço é se é justa, ou não é justa, a proposta do PCP de fixar o preço da botija de gás em 20 €, com o que isso implica na melhoria das condições de vida da grande maioria da população, nomeadamente das camadas mais baixas, que são quem recorre à botija de gás.

Ou isso, ou salvar os interesses da Galp e das grandes operadoras...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, é caso para dizer «pela boca morre o peixe».

O Sr. Deputado deu-me o ensejo de lhe poder dar a demonstração mais viva do efeito da descida do IRC: em 2014, desceu dois pontos percentuais, por acordo entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, e a receita fiscal do IRC em 2014 subiu. Descemos a taxa e aumentamos a receita, esse foi o efeito!

Protestos do PS e do PCP.

Os senhores do Partido Socialista arrependem-se...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E os salários?! E as pensões?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Na Coreia não há IRC? Não há empresas?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao tempo para perguntas do Grupo Parlamentar do Livre, e tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Cidadãos nas galerias, Sr. Primeiro-Ministro, hoje de manhã, em Atenas, num evento da Organização Mundial da Saúde, o seu diretor-executivo do Serviço Nacional de Saúde, António Gandra d'Almeida, fez as afirmações que passo a citar: «No Serviço Nacional de Saúde tentamos dar resposta à recuperação dos doentes em estado mais grave, os casos mais sérios. Tudo o resto vai para os privados, porque o SNS não é suficiente para dar resposta às necessidades.» E a citação continua: «Somos um País pequeno e não temos capacidade de obter a recuperação para todas as pessoas que precisam.»

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto: revê-se nestas declarações? É esta a visão do Governo relativamente ao SNS, que é uma das maiores conquistas do pós-25 de Abril? Ou há aqui um desalinhamento entre o Governo e o seu diretor-executivo do SNS?

Do ponto de vista do Livre, as afirmações de hoje, em Atenas, confirmam aquilo que temos vindo a denunciar: o que o Governo tem feito é, na prática, um convite à privatização de uma parte substancial do nosso Serviço Nacional de Saúde.

Sr. Primeiro-Ministro, é muito assustador, é muito grave colocarmos a nossa saúde em grupos cujo objetivo é, como todos sabemos, o lucro. Com a saúde não se brinca, e neste momento não se consegue entender o que pretende o Governo.

Por isso, pergunto, Sr. Primeiro-Ministro: o Governo pretende que o Serviço Nacional de Saúde seja apenas para os casos graves, ficando tudo o resto, como por exemplo a fisioterapia, nas mãos dos privados? Se não, Sr. Primeiro-Ministro, está seguro do alinhamento dos seus objetivos para a saúde com os do seu diretor-executivo para o SNS?

É fundamental esclarecer se aquilo que o seu diretor-executivo disse esta manhã, em Atenas, é algo com que o Governo compactua, ou não.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, não ouvi a intervenção do Sr. Diretor-Executivo do Serviço Nacional de Saúde, pelo que não posso pronunciar-me exatamente sobre o seu conteúdo, o seu contexto, mas conheço o pensamento do diretor-executivo do Serviço Nacional de Saúde, que corresponde ao pensamento do Governo. Não sei se essa frase, em concreto, foi proferida, e se foi proferida assim.

Agora, deixe-me dizer-lhe que o princípio deste Governo, que já enunciei várias vezes, é o princípio assumido pelo diretor-executivo do Serviço Nacional de Saúde: a trave mestra do nosso sistema de saúde é o Serviço Nacional de Saúde. Nós tentaremos dar no Serviço Nacional de Saúde todas as respostas que são necessárias para atender as necessidades dos nossos concidadãos, as necessidades dos utentes.

Nós tentaremos sempre valorizar os equipamentos, valorizar os profissionais, valorizar a gestão das unidades de saúde do perímetro do Estado. Essa é a nossa prioridade! Agora, nós sabemos, e não vale a pena «tapar o sol com a peneira», que, mesmo fazendo este esforço — que não foi feito nos últimos anos, também com a cumplicidade do Livre, diga-se —,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Onde?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não vamos conseguir, ainda assim, responder a tudo. Portanto, temos de hierarquizar respostas, e ainda há pouco falei no caso, cirúrgico, da recuperação das cirurgias oncológicas.

Teremos, obviamente, de fazer uma gestão em complementaridade com a capacidade instalada, seja no setor privado, seja no setor social. De modo a quê? De modo a responder à necessidade das pessoas.

É isso que vamos fazer, Sr.^a Deputada. Nós queremos mais consultas no Serviço Nacional de Saúde, nós queremos mais cirurgias no Serviço Nacional de Saúde, nós queremos melhor gestão no Serviço Nacional de Saúde. É isso que estamos a fazer: estamos a fazê-lo ainda agora, tentando dar sempre resposta a este pico de pressão do ponto de vista das urgências, nesta altura do ano; e vamos continuar a fazer o mesmo relativamente a áreas específicas que têm sido de maior incidência do ponto de vista da falta de capacidade de resposta. E, Sr.^a Deputada, temos de assumir que, quando não temos essa capacidade,...

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Temos de passar a ter!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não podemos deixar as pessoas entregues à sua sorte.

Estamos disponíveis para utilizar a capacidade instalada noutros setores para responder às pessoas. Não é para favorecer esses setores, é para responder às pessoas! Temos a responsabilidade de não falhar à necessidade das pessoas, Sr.^a Deputada, e creio que hoje não há nenhuma querela na sociedade portuguesa sobre isso. Não há mesmo! A única querela que há é a daqueles que não têm a capacidade, por si, de ir à procura no setor privado e no setor social da resposta que não encontram no SNS, e, a esses, temos a responsabilidade de os ajudar.

Nós temos a responsabilidade — que é a política deste Governo — de, quando o Governo falha, dentro daqueles tempos máximos de resposta para consulta e para cirurgia, dar um instrumento financeiro, um cheque para a pessoa ir buscar essa resposta. Não é para favorecer os prestadores de cuidados de saúde,...

A Sr. **Filipa Pinto** (L): — É, é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... é para favorecer as pessoas, Sr.^a Deputada.

Não há nenhuma querela. As portuguesas e os portugueses — é a minha opinião! — olham para este debate e dizem: «Os senhores estão a falar do quê? Eu só quero um médico quando preciso, eu só quero uma cirurgia quando preciso, eu só quero uma resposta quando preciso.»

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, estamos a falar do que disse exatamente o seu diretor-executivo do SNS, esta manhã, em Atenas, e, por isso, convido-o a rever as declarações do diretor-executivo do SNS, também para ter a certeza de que a gestão do SNS, de facto, está em boas mãos, do ponto de vista do Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que o SNS é a trave mestra do sistema de saúde em Portugal, e nós concordamos. Para o Livre, o SNS é o pilar da saúde em Portugal, e é por isso que temos sempre lutado pelo financiamento do SNS, em combater o subfinanciamento do SNS e em diminuir as transferências para os privados. O Livre tem sido sempre muito claro em relação a isso.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Exatamente! Nunca fomos cúmplices!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — A verdade é que não é isso que tem acontecido, e tem havido várias críticas à atuação do Governo.

Quero fazer mais algumas citações. Patrícia Barbosa, presidente do Observatório da Fundação para a Saúde, referiu que «o Estado promover respostas privadas, previamente inexistentes, sem antes investir nos cuidados do SNS não faz sentido», e que, continuo a citar, «não se pode, simplesmente, não esgotar a capacidade do SNS ou achar que está esgotada e avançar para soluções privadas».

Mais, Xavier Barreto, presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, disse isto, no final de novembro, ao *Público*: «O Hospital Amadora-Sintra, por exemplo, perdeu há pouco tempo metade do seu serviço de cirurgia geral. É difícil recuperar uma perda tão súbita. O que é que vai acontecer a este hospital? Os seus doentes que estão em lista de espera de cirurgia geral vão ser todos exportados para o setor privado? Não me parece muito racional.»

Sr. Primeiro-Ministro, não quero falar apenas de citações, porque há várias coisas aqui a acontecer. Na verdade, há uma obsessão ideológica do Governo, e do PSD, em reforçar os privados, em passar funções do Estado para os privados, o que deixa os portugueses a perder, deixa o País a perder e custa mais aos contribuintes.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que o SNS é a trave mestra do Serviço Nacional de Saúde, mas ainda há dias o jornal *Expresso*, que teve acesso ao regulamento que está a ser preparado para a criação dos anunciados centros de saúde privados, afirmava que os privados iriam poder escolher os seus utentes, os utentes que querem servir. É a mesma história de sempre, e que foi referida hoje de manhã, em Atenas: os privados ficam com os utentes saudáveis e os doentes mais graves, os mais velhos e os que precisam de maior atenção ficam no SNS.

Entretanto, depois da polémica, o Ministério da Saúde veio esclarecer que apenas poderá inscrever-se quem já não tem médico de família, mas não ficou claro: os centros de saúde privados vão poder escolher, ou não, os seus utentes?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, não duvido da bondade das suas preocupações, mas deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada, relativamente ao subfinanciamento — já tive ocasião de o dizer aqui e vou reiterar —, estamos num processo em que transferimos 975 milhões de euros para as unidades locais de saúde poderem pagar aos seus fornecedores, cumprir pagamentos que estão em atraso.

Amanhã, vamos decidir a autorização de despesa no valor de 2300 milhões de euros, despesa que será feita ao longo do próximo ano, em 2025,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É vossa obrigação!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que será centralizada e em que, nomeadamente, será antecipada a compra de muitos medicamentos, com uma poupança estimada de 247 milhões de euros, que depois, naturalmente, poderemos canalizar para outras finalidades dentro da área da saúde.

Nós queremos combater o subfinanciamento a que se referiu e vamos combatê-lo. Nós queremos que o Serviço Nacional de Saúde possa pagar mais rápido, possa pagar a horas e, pagando mais rápido e a horas, possa comprar mais barato; que possa, naturalmente, fazer acordos que se reflitam em melhor capacidade.

Depois, deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que hoje os tempos de espera na urgência, por exemplo, do Hospital Amadora-Sintra, são os seguintes: para os doentes que na triagem foram considerados, enfim, «vermelhos», zero —...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Pois...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... naturalmente, têm atendimento imediato; para os muito urgentes, 15 minutos de tempo de espera; para os menos urgentes, 57 minutos; para os «verdes», 3 horas e 33 minutos; para os «azuis», 5 horas e 25 minutos. A estes dois últimos, a nossa recomendação é de que procurem os centros de atendimento clínico.

Nós estamos a dar resposta, priorizando desta maneira a resposta do Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Primeiro-Ministro, o Governo já não terá mais tempo, mas o Grupo Parlamentar do Livre ainda dispõe de 20 segundos, pelo que tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, de facto, aquilo de que falou aqui não é investimento no SNS, é o pagamento de despesas correntes.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Equipamento!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — O que nós falamos, de facto, é em investimento no SNS. Nós precisamos de investir no SNS! E reforçar o privado e não investir no SNS faz com que o privado deixe de ser complementar, como deveria ser, e seja concorrencial, que é exatamente o que não deveria ser.

Na verdade, já é um mercado concorrencial, o que é penalizante para todos nós. E lembro a frase da CEO (*chief executive officer*) do grupo Luz Saúde: «Melhor negócio do que o da saúde só o das armas.»

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar às perguntas do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tendo a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, voltando à questão do combate imediato ao turismo de saúde, é fundamental esclarecer o seguinte: aquilo que os portugueses verificaram, por várias reportagens sobre esta matéria, é revoltante.

Num País em que o Partido Socialista — que prometera, oito anos antes, não ter nenhum português sem médico de família —, quando saiu, deixou um Serviço Nacional de Saúde com milhares de portugueses sem médico de família, é revoltante que haja redes que utilizam o nosso Serviço Nacional de Saúde para proporcionar cuidados a quem não tem direito a tê-los.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já vamos em redes!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, é essencial acabar com isso imediatamente, porque um português que paga impostos para ter serviços de saúde não pode estar, de madrugada, à espera de ser atendido num centro de saúde e, depois de não o ser, ver na televisão que há quem se gabe de vir a Portugal só para beneficiar desses serviços de saúde.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Se querem cobrar aos residentes não habituais, estão à vontade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso, a pergunta que faço é muito clara.

Os grupos parlamentares do PSD e do CDS vão promover a alteração à lei de bases, para que a lei de bases não continue a dar cobertura a esta utilização abusiva. O que pergunto é se, alterada a lei de bases, o Governo está em condições de assegurar que os serviços, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, implementarão imediatamente estas regras para que a utilização abusiva deixe de existir; e que as forças e serviços de segurança combaterão eficazmente estas redes que exploram o nosso Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, a resposta é positiva. Nós aguardaremos esse processo legislativo na Assembleia da República e, uma vez habilitados com essa alteração na lei de bases, iremos proceder em conformidade, tentando produzir mecanismos de controlo e de fiscalização que possam obstar à utilização indevida da nossa capacidade de resposta — que é muito limitada, infelizmente, em algumas áreas do Serviço Nacional de Saúde —, dando cumprimento ao objetivo de terminar com essa injustiça que o Sr. Deputado referiu.

É, de facto, a maior das injustiças que haja redes a aproveitar o nosso sentido humanista, que queremos preservar, é bom que se diga isto. Nós queremos preservar o atendimento a todas as pessoas — todas, sem exceção! — que precisam efetivamente de um atendimento urgente, mas não àquelas que vêm propositadamente, com patologias, para serem servidas e atendidas no nosso SNS.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o *Jornal de Notícias* dava conta, na semana passada, de que a extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) esconde tráfico de seres humanos, citando vários técnicos que lidam diariamente com vítimas de tráfico de seres humanos.

Isto é o retrato da política de segurança do Partido Socialista: não combateu os criminosos e desprotegeu as vítimas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Assim não vão lá!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A tudo, o Partido Socialista respondia com a teoria do País seguro, sem fazer nada.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Chega já foi!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se alguém era assaltado, não tinha de se preocupar, porque Portugal é um país seguro. Se os idosos e as crianças se sentiam desprotegidos, não tinham razão para se sentirem desprotegidos, porque Portugal é um país seguro. Se as vítimas de violência doméstica não sentiam o apoio suficiente para denunciarem os crimes de que eram vítimas, não tinham razão para isso, porque Portugal é um país seguro. Se estas vítimas de tráfico de pessoas se quisessem queixar, também não tinham de se queixar, porque Portugal era um país seguro.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Diz lá o que é que já fizeste por elas!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mais grave: se os elementos das forças e serviços de segurança fossem agredidos ou injuriados, não tinham de se queixar, porque Portugal era um país seguro!

O Partido Socialista, passando para a oposição, mudou de discurso em muitas matérias, e poderia dizer-se que o Partido Socialista, agora que passou para a oposição, vai finalmente ser a favor de combater os criminosos. Não! Quando se ouve autarcas do Partido Socialista a denunciar aquilo que todos os portugueses veem todos os dias, aquilo que todos vemos, aquilo que se passa no território — porque, sendo autarcas, ainda que sejam socialistas...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Têm olhos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... estão mais próximos do terreno e, obviamente, sabem como é a realidade —, pergunto: o que é que os Srs. Deputados do Partido Socialista fizeram? Combateram os criminosos? Não, combateram os seus próprios autarcas!

Ou seja, os socialistas escolhem sempre a alternativa de combater as vítimas, de combater os seus autarcas, de combater todos, mas não combatem nunca os criminosos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Primeiro-Ministro já anunciou medidas e aquilo que está em curso, por exemplo, em termos de equipas multidisciplinares, e a minha pergunta é muito clara. Reforçadas as condições dos operacionais das forças e serviços de segurança, é importante saber se vão ser também reforçadas as suas condições de trabalho a nível de esquadras, postos, carros, *bodycams*, a nível da videovigilância, e se vamos efetivamente ter um País seguro, mas que se dá ao respeito e que...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande lição!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Podia ser do Chega!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Defendo isto muito antes de haver Chega!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, efetivamente, Portugal, nos últimos anos, por ação ou omissão, não foi capaz de conduzir a sua política migratória de molde a cumprir o objetivo de integrar bem, o objetivo de reforçar, na medida da capacidade máxima, os recursos humanos do País em vários setores de atividade. E, é verdade, em alguns casos deixou — repito, por ação ou omissão — que algumas redes criminosas, redes que utilizam o sofrimento das pessoas, pudessem tirar partido da força de trabalho de muitos imigrantes e, ao mesmo tempo, conduzi-los para situações de completa indignidade, de desumanidade.

O que nós fizemos, Sr. Deputado, foi acabar com isso — a manifestação de interesse potenciava isto, potenciava estas redes — nos processos de imigração, regulando-os, e acabar também com isso no combate e na fiscalização.

Quando, há alguns dias, me dirigi ao País a dar nota dos efeitos positivos da implementação de equipas multidisciplinares, com várias entidades do Estado, à cabeça das quais as forças e serviços de segurança, foi precisamente para dizer à sociedade portuguesa que estamos atentos, e não é na conversa, não é nas palavras ou na retórica, é na rua, é nas ações concretas.

Muitos ficaram, enfim, admirados, para não dizer outra coisa, com o facto de eu ter falado a uma hora nobre. O assunto é nobre!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O assunto é a garantia da liberdade dos cidadãos. O assunto é a garantia da segurança do País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O assunto é o da preservação de um valor que é útil para o nosso bem-estar, mas é também um valor económico para o nosso futuro. E é isto que vamos continuar a fazer: equipas multidisciplinares; cooperação interinstitucional, sem nenhum problema, com tantas entidades; reforço dos seus meios, reforço da sua capacidade, valorização do seu trabalho.

Já agora, e foi também um dos aspetos que mais me intrigou, como é que ninguém foi capaz de reconhecer — eu sei que os próprios o fizeram — as palavras de estímulo e de respeito a quem estava, e está, na rua todos os dias,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... colocando às vezes a sua segurança em causa para defender a segurança de todos nós?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para fazer perguntas, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, demais membros do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro tem dito várias vezes, e também já o ouvimos dizer aqui hoje, que o seu Governo é um Governo que prometeu fazer. No entanto, olhamos para como tem sido o mandato, em que prometeu dar mais dignidade aos bombeiros sapadores e aos bombeiros voluntários, e a verdade é que, a este tempo, de reunião em reunião, os bombeiros sapadores continuam a ganhar, em três suplementos, a mísera quantia de 21,10 €; já para os bombeiros voluntários, a verba orçamental não incluiu sequer os 10 milhões de euros para assegurar o aumento do salário mínimo.

Prometeu resolver os problemas do INEM, e continuamos a ter pessoas que esperam mais de 1 hora para serem atendidas, e a resposta do seu Governo foi uma refundação. Prometeu também uma agenda anticorrupção, e o que é que temos a esta data? Estamos a 21 dias de acabar a Estratégia Nacional Anticorrupção e não há sequer notícia de que exista um grupo de trabalho constituído em respeito da execução do Orçamento de 2024, que previa a renovação desta estratégia, ou tão-pouco da agenda anticorrupção anunciada pela Sr.^a Ministra da Justiça.

Sr. Primeiro-Ministro, em 2023, voltando um pouco atrás no tempo, o seu partido tinha prometido aos portugueses que iria acompanhar a descida do IVA da alimentação animal. E em 2024, o que é que fez? Não deu a mão às famílias que têm animais de companhia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Calma, são quatro anos!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Pelo contrário, veio aqui, mais uma vez, fazer um favor ao *lobby* da tauromaquia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, e agora?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... baixar o IVA das touradas. Os serviços médico-veterinários, a alimentação, o próprio cabaz essencial, as refeições escolares, continua tudo a ser taxado como um bem de luxo, mas a prioridade do seu Governo foi baixar o IVA das touradas.

Chegando aqui, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de lhe colocar uma questão muito objetiva: nesta prenda fiscal que decidiu dar ao *lobby* da tourada, o Sr. Primeiro-Ministro consultou o Comité do IVA da União Europeia? É que, olhando para a diretiva do IVA, a mesma não prevê a atividade tauromáquica, o que faz com que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo estejam a ser suscetíveis de violar a diretiva.

E mais: a própria UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) também alertou para o facto de esta alteração, neste momento, poder abranger muito mais do que a atividade tauromáquica e as touradas, tendo, portanto, um impacto financeiro muito maior.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São 115 000 €!...

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Portanto, nesta brincadeira que fez, de vir aqui recuar na proteção animal, pergunto-lhe como é que vai justificar aos portugueses que fechou a mão...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fechou o quê? Fechou o microfone!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, deixe-me aproveitar a sua questão para reiterar, em nome do Governo, a nossa total disponibilidade, o nosso total empenho nas negociações que vimos promovendo, quer com os bombeiros sapadores, quer com os bombeiros voluntários.

No caso dos bombeiros sapadores, deixe-me dizer-lhe que estamos interessados em poder completar uma negociação que já está muito avançada. Eu não queria, nesta ocasião, estar a dar demasiados elementos que estão ainda em cima da mesa, precisamente por respeito à mesa da negociação, mas, até por todo o contexto da manifestação e da reivindicação de melhorias no estatuto dos bombeiros sapadores — que são, aliás, almejadas há 22 anos —, creio que é minha obrigação informar o País, de forma sintética, de que neste momento as propostas do Governo já são suficientes para garantir uma valorização salarial equivalente àquela que promovemos nas forças e serviços de segurança.

Ou seja, a valorização mensal das retribuições vistas para os próximos três anos poderá atingir um valor anual, nos pontos mais baixos da carreira, na casa dos 4000 €, o equivalente a quatro vencimentos, aos quais acrescem ainda as valorizações da própria Administração Pública, que no caso andarão a rondar os 170 €.

Dito isto, Sr.^a Deputada e Srs. Deputados, nós estamos de boa-fé, nós estamos com sentido de responsabilidade, nós queremos resolver o problema do estatuto dos bombeiros, sejam voluntários, sejam sapadores, mas nós não aceitamos intimidações,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: —... coações que possam pôr em causa um exercício...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Damos assim por encerrado o primeiro ponto da ordem de trabalhos, e despedimo-nos dos membros do Governo, que já não ficarão para o próximo ponto, enquanto as bancadas se reorganizam.

Entramos então no segundo ponto da agenda, que, ao abrigo do 225.º do Regimento, consiste no debate preparatório do Conselho Europeu, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com a participação do Sr. Primeiro-Ministro.

Penso que já temos indicação, da parte de todos os grupos parlamentares e partidos, de quem fará as respetivas intervenções. Quem ainda não o fez, peço que o indique, entretanto, aos Secretários da Mesa.

Pausa.

Para uma intervenção inicial do Governo, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que tem até 8 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste debate, queria começar por anotar que ele coincide com o arranque pleno dos novos titulares dos cargos do Parlamento Europeu — ainda que já tenham iniciado funções há alguns meses —, da Comissão e do Conselho.

A esse propósito, não posso deixar de exprimir uma palavra de estímulo ao novo Presidente do Conselho Europeu, que iniciou funções no passado dia 1 de dezembro, o Dr. António Costa, e também à Dr.^a Maria Luís Albuquerque, que assumiu plenamente a sua função no âmbito da Comissão Europeia, de resto com um reconhecimento que me apraz registar por parte do Parlamento Europeu.

Quero dizer também, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que neste novo ciclo e nesta primeira reunião deste novo ciclo do Conselho Europeu há prioridades que serão tratadas, desde logo o apoio à Ucrânia, de que já falámos em debates anteriores, o fortalecimento da competitividade na sequência de um debate que vem sendo travado nas instâncias europeias há pelo menos meio ano, tendo por base os relatórios Letta e Draghi, e questões que, naturalmente, hoje se impõem num novo contexto geopolítico e naquele que se adivinha, nomeadamente na área da segurança e defesa.

Sobre a questão do alargamento, que é sempre uma matéria importante, mormente agora que iniciamos este ciclo de cinco anos, sobre a conjugação da linha de reforço da competitividade económica com o caminho de transição verde e de transição digital e sobre os instrumentos de financiamento público e privado — desde logo agora com uma especial participação, porque é uma das áreas que está sob a jurisdição precisamente da comissão portuguesa —, matéria a que temos atribuído importância, quer no Governo, quer no Parlamento, nos debates que já aqui tivemos, cumpre-me transmitir ao Parlamento que, da parte do Governo, obviamente, estamos disponíveis para recolher e acolher também as sugestões e as mensagens que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados nos queiram transmitir.

Mas nós continuaremos a acompanhar o esforço da Ucrânia em fazer face a uma guerra injusta por parte da invasão ilegal da Rússia, em particular nesta fase, uma fase em que, no inverno, fruto de todos os danos no sistema de abastecimento energético do País, as pessoas têm necessidades do ponto de vista humanitário ainda maiores do que aquelas que decorrem da própria guerra em si.

Da parte de Portugal, continuamos a cumprir os nossos compromissos no que diz respeito à ajuda política, económica, financeira e humanitária com a Ucrânia. Já há pouco aqui falei, e reitero, o apoio que demos à iniciativa do Reino Unido através de mais um donativo financeiro, no caso cerca de 52 milhões de euros que serão aplicados na compra de material militar, veículos não transportados, *drones*, a uma empresa portuguesa. Continuamos a cumprir o nosso compromisso de atingir, no final deste ano, um apoio financeiro na casa dos 220 milhões de euros e o apoio a várias iniciativas nesse contexto.

Por outro lado, sobre as questões do ponto de vista internacional que estarão em cima da mesa do debate neste Conselho Europeu, não poderemos deixar, mais uma vez, de abordar o tema do Médio Oriente, agora com um novo contexto na sequência da queda do regime na Síria.

Portanto, juntamos a essa geografia toda a nossa preocupação com vista à necessidade de respeito do direito internacional, do direito humanitário em Gaza e no Líbano. Temos dado apoio do ponto de vista institucional à capacitação da Autoridade Palestiniana, numa caminhada que deve desembocar na consagração de dois Estados. Mas, para haver dois Estados, é preciso que eles estejam capacitados para poderem, do ponto de vista político e administrativo, assumir a sua função. E Portugal tem dado esse contributo também.

Obviamente, não deixaremos de olhar hoje para aqueles que são os grandes desafios que se colocam no contexto internacional e na posição que a Europa pode ter no mundo, em particular agora que vai haver uma

transição na administração americana, mas também à luz dos objetivos que nós temos vindo a trabalhar e que, felizmente, começam a ver a luz do dia. Refiro-me, em concreto e em particular, ao Acordo da União Europeia com o Mercosul (Mercado Comum do Sul). Portugal foi sempre um grande defensor de desbloquear este tema e tudo faremos para agora, do ponto de vista institucional, poder consumir o acordo alcançado pela Presidente da Comissão Europeia com os países do Mercosul.

Continuamos muito atentos às relações económicas e comerciais com outros blocos, seja a China, sejam os Estados Árabes, sejam os países africanos, com os quais temos, de resto, uma especial ligação e uma especial responsabilidade. E não falo apenas daqueles que têm como língua oficial o português. Portugal é hoje um país com uma forte ligação e reconhecimento de outros países africanos, aos quais temos dado algum apoio, nomeadamente apoio de assistência militar e humanitária, e em particular realço a nossa Força Nacional destacada na República Centro-Africana e tudo aquilo que, a partir dessa missão, decorre para países vizinhos.

Nesta ocasião, não posso deixar de exprimir, em nome do Governo português, a nossa preocupação, uma vez mais, e o nosso desejo de que em Moçambique se possa, de forma rápida e pacífica, estabilizar politicamente o País, estabelecendo o diálogo entre todos os intervenientes e dando ao povo moçambicano um horizonte de esperança que, neste momento, está efetivamente colocado em causa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Finalmente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, do ponto de vista de matérias que também são reincidentes nas reuniões do Conselho Europeu, nós, naturalmente, teremos a nossa atenção virada para o aspeto das migrações, especificamente das diligências que alguns Estados-Membros estão a fazer no que toca à migração provinda da Síria. Falarei disso numa nova oportunidade.

Além disso, queria dizer, tentando não ultrapassar o tempo, que do ponto de vista da execução do PRR também temos razões para poder dizer aos nossos parceiros que estamos na linha correta para cumprir prazos e para cumprir o objetivo do programa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Entramos agora na fase das perguntas dos grupos parlamentares, e o primeiro será o PSD.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr. Primeiro-Ministro, começo pelo tema das migrações, que é um dos temas que estará em destaque no próximo Conselho Europeu.

A União Europeia estima ter cerca de 27,3 milhões de cidadãos de países terceiros que vivem nos 27 Estados-Membros, o equivalente a 6,1 % da população, e os imigrantes ilegais correspondem a menos de 1 % deste total. É importante nós reafirmarmos estes números.

Em Portugal, como sabemos, a população residente e migrante é sensivelmente de cerca de 1 milhão de pessoas. E, de facto, o Sr. Primeiro-Ministro tem reafirmado — ainda hoje o fez — a nossa necessidade de acolher migrações que tragam mão-de-obra qualificada, que vão ao encontro das necessidades do País, embora esta necessidade identificada não corresponda, de todo em todo, a termos as portas escancaradas.

De facto, para além desta circunstância, o trabalho que tem sido feito e desenvolvido visa também a criação de «mecanismos — europeus — que façam com que aqueles que não cumprem as regras possam ser repatriados, mas que possam ter um retorno que naturalmente garanta o respeito pelos direitos humanos e garanta o respeito pela dignidade humana».

Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de migração, pergunto-lhe se no próximo Conselho Europeu vai naturalmente reafirmar estes dois vetores estratégicos e comuns ao problema da migração: a necessidade de uma migração controlada para responder aos desafios do País e a necessidade de um controlo que seja rigoroso e que só assim também defenda os próprios migrantes.

O segundo assunto que lhe trago tem a ver, naturalmente, com a avaliação positiva do quinto pedido do PRR que foi feito recentemente, no mês passado, e que se cifra no valor de 2,9 mil milhões de euros.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Trata-se do maior desembolso até agora conseguido. Isto é fruto do cumprimento de 15 metas e de 27 marcos associados, em áreas fundamentais para o País, como eficiência energética, gestão de resíduos, simplificação fiscal, mercado de capitais e em investimentos, como a habitação, os transportes públicos, a sustentabilidade, a capitalização das empresas, a digitalização, a modernização do sistema fiscal e aduaneiro e a prevenção dos incêndios.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Governo português deu, assim, um passo decisivo, concreto, e não estamos a falar de *PowerPoints*, não estamos a falar de ideias vãs, estamos a falar do cumprimento do compromisso de, até ao final deste ano, termos atingido a meta dos 40 % do PRR, recordando que, quando assumimos responsabilidades governativas, nem 20 % das metas estavam cumpridas.

Sr. Primeiro-Ministro, o cumprimento do PRR é muito mais do que o cumprimento de um compromisso; é trazer a Portugal a oportunidade de vencermos nos setores estratégicos e de não desperdiçarmos nem 1 cêntimo da ajuda que temos. E, de facto, ao antecipar este envio para Bruxelas em várias semanas e ter sido concretizado esse desembolso, nós somos o segundo Estado-Membro a fazê-lo, a seguir a Itália.

Sr. Primeiro-Ministro, sabemos também que, no próximo mês de janeiro, vai ser feita a reprogramação do PRR, no objetivo patriótico de não perdermos nem 1 cêntimo.

Sr. Primeiro-Ministro, quero congratular-me e congratulá-lo por ter atingido este objetivo e pedir que confirme à Câmara a nossa vontade firme em não desperdiçar nenhum recurso ao serviço do País, dando também a confirmação a Bruxelas de que honramos os compromissos de fazer a nossa parte por uma Europa desenvolvida.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ainda dentro do tempo do PSD, tem a palavra a Sr.^a Deputada Liliana Reis.

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, assinalámos ontem o Dia Internacional dos Direitos Humanos e, na verdade, se há espaço que cumpre do ponto de vista geopolítico e que subscreve a Declaração Universal dos Direitos do Homem é a União Europeia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Aliás, o Tratado da União Europeia, no seu artigo 2.º, refere que: «A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem.»

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Neste Hemiciclo, já ouvimos, erroneamente, alguns recuperarem autores liberais para defender o isolacionismo norte-americano ou os nacionalismos entre os Estados-Membros da União Europeia. Já ouvimos críticas a uma militarização europeia, sugerindo uma corrida armamentista, e hoje até aqui falaram da indústria de guerra,...

Protestos do PCP.

... não compreendendo que foi exatamente essa nossa fraqueza e essa nossa fragilidade que levou a que a Rússia entrasse na Ucrânia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — E, verdadeiramente surpreendente, Sr. Primeiro-Ministro, já ouvimos também críticas ao Governo trabalhista inglês de Tony Blair, impulsor da responsabilidade de proteger e do internacionalismo liberal e derivas europeias neoliberais. O miserabilismo dos pós-modernos é este: não compreenderem que o universalismo dos direitos humanos está hoje sob ataque, lá fora e aqui dentro.

Ora, como uma das questões em discussão será efetivamente a questão da defesa europeia, é muito importante que compreendamos que o relatório de Niinistö aponta para a urgência de reforçar a defesa europeia e as capacidades militares, reconhecendo que o financiamento atualmente disponível no orçamento da União Europeia para despesas relacionadas com a defesa é inferior às nossas necessidades.

O relatório, na verdade, não aponta direções para cada Estado individualmente, para Portugal isoladamente, mas aponta direções para a União Europeia enquanto coletivo, porque diz, efetivamente, que tem sido a fragmentação entre os Estados-Membros que nos tem conduzido a esta fragilidade.

Este Governo reconhece que o futuro da defesa em Portugal na Europa passa pela dinamização das indústrias de defesa em consórcios de produção com outras empresas europeias e em consórcios de investigação das nossas universidades com as demais universidades europeias, acompanhando o desenvolvimento de tecnologia de uso dual e também, necessariamente, o Programa Europeu da Indústria de Defesa, proposto pela Comissão, em março, no valor de 1,5 mil milhões de euros.

Pergunto-lhe, pois, se os Ministérios da Defesa Nacional, da Economia, e da Educação, Ciência e Inovação têm planeado um trabalho conjunto e articulado para o desenvolvimento de uma base industrial e tecnológica de defesa nacional que permita ir ao encontro dos desígnios europeus.

Reitera também este Governo o compromisso de Portugal no domínio intergovernamental, na participação nos programas da Agência Europeia de Defesa, da Agência Espacial Europeia, nos projetos da Cooperação Estruturada Permanente, bem como, e no domínio supranacional, do aprofundamento do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e do Fundo Europeu de Defesa?

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, não há valores se não os conseguirmos proteger...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Moniz, vai-me permitir e perdoar, seguramente, que aproveite a boleia desta última nota da intervenção da Sr.^a Deputada Liliana Reis, que, de facto, é muito elucidativa. De facto, não há valores que possamos garantir e afirmar se não os protegemos. Isso é indiscutível, Sr.^a Deputada e Srs. Deputados.

Efetivamente, temos de compreender que a conciliação entre todos os esforços que os recursos limitados que temos à nossa disposição proporcionam é um equilíbrio sempre difícil, mas que tem de atender ao nosso interesse mais estratégico, ao nosso interesse nacional e também, já agora, ao papel que temos no mundo, como a Sr.^a Deputada bem evidenciou.

Este tema, por um lado, não está em cima da mesa da reunião do Conselho Europeu, mas, por outro lado, está. Ou seja, aquilo que nós temos de fazer de evolução da nossa despesa na área da defesa, no âmbito da nossa Aliança Atlântica, não está em cima da mesa, naturalmente porque este não é o fórum de decisão, mas está, porque a União Europeia está intimamente ligada, do ponto de vista militar, de segurança, com a nossa Aliança Atlântica, nomeadamente com a aliança com os Estados Unidos.

Devo recordar que a próxima presidência será assegurada pela Polónia, que tem hoje um gasto em defesa superior a 4 % do seu produto interno bruto. Para conjugar isso com a previsível política da nova administração americana, que, de resto, já vem sendo encetada, mesmo pela atual administração, no sentido de exigir aos

parceiros europeus uma contribuição correspondente aos efeitos da Aliança na prossecução da política de defesa e de segurança, é previsível que tenhamos, a breve prazo, de tornar a discutir em Portugal e também aqui na Assembleia da República os nossos objetivos.

Mas quero recordar que, de há muitos anos esta parte, o objetivo dos 2 % foi sempre inatingido e nós estamos a perder credibilidade, enquanto País, no caminho que devemos percorrer para esse efeito.

Nós, em 2023, por exemplo, tínhamos um valor, que já tinha sido assegurado, em termos de despesa em defesa, na casa dos 1,48 % do nosso Produto e viemos a constatar que era, efetivamente, de 1,34 %. Já estamos a fazer um grande esforço este ano para atingir 1,55 % e eu já tive a ocasião, em nome do Governo, de afiançar aos nossos parceiros que atingiremos os 2 % em 2029, antecipando a nossa meta.

Estou convencido, e veremos isso a breve prazo, que talvez tenhamos, nós próprios, de olhar para este número para poder atualizá-lo. E aquilo que queria partilhar convosco é que, ao fazê-lo, possamos ter as medidas necessárias para poder ter algum retorno, nomeadamente na componente industrial, como há pouco aqui foquei.

Sr.^a Deputada Liliana Reis, relativamente a todos os programas que referiu, queria dizer que estamos comprometidos com a cooperação que foi assumida e não há dúvida nenhuma de que Portugal continuará a ser um parceiro fiável na defesa do multilateralismo e na defesa do atlantismo, que é a nossa vocação, é o nosso espaço, independentemente de outros interesses, nomeadamente comerciais, que temos com outras geografias.

Sr. Deputado Paulo Moniz, a questão das migrações é, de resto, um tónico que me dá para eu dizer aquilo que há pouco não tive tempo de referir relativamente à necessidade que temos de cumprir o Pacto Europeu de Migrações e Asilo, que está hoje em execução na União Europeia, e temos também de olhar para os fenómenos que estão mais presentes hoje na realidade europeia.

Com a queda do regime na Síria, sabe-se que há alguns países que estão predispostos a fazer uma de duas coisas ou até as duas: ou a suspender o acolhimento de imigrantes sírios, com base nesta mudança de regime; ou até a fazer retornar alguns que foram beneficiários do regime de asilo à luz precisamente de estarem a fugir do regime político anterior, que agora caiu.

Nós não temos ainda nenhuma decisão tomada e vamos ouvir aquilo que os países que sofrem maior pressão têm para nos dizer sobre esta realidade. Em Portugal, temos 1243 refugiados sírios e a nossa intenção — e posso já dizer qual é, porque é a nossa decisão — é a de que não vamos fazer retornar nenhum deles. Quero aqui afiançar, em nome do Governo português, que assumiremos a integração e o acolhimento destes 1243 refugiados.

Relativamente à suspensão ou não, teremos de contextualizar. E eu quero aqui partilhar, de forma aberta, que, se houver uma evolução no sentido de as portas se irem fechando por outros países, por outros Estados-Membros da União Europeia, a pressão sobre Portugal pode aumentar e, se a pressão sobre Portugal aumentar, teremos de olhar para a nossa situação à luz dessa realidade.

Eu não estou com isto a antecipar nada, estou com isto a partilhar convosco, que é o meu dever, para todos olharmos para essa evolução e para podermos, oportunamente, poder tomar decisões sobre ela.

Quanto à questão do PRR, Sr. Deputado Paulo Moniz, não vou reiterar, porque o Sr. Deputado ilustrou muito bem a evolução nos últimos meses, mas quero dizer-lhe que estamos, de facto, muito empenhados em poder acentuar a nossa capacidade de execução, temo-lo feito, temos retirado carga burocrática e temos sido mais diligentes em poder levar ao terreno a execução dos programas que estão aprovados.

Tivemos a boa notícia de ver a pré-avaliação positiva do nosso quinto pedido de pagamento e já tivemos a oportunidade, conforme eu também tinha prometido, de enviar já o sexto pedido.

Sr. Deputado, relativamente à questão concreta que colocou, é verdade que estamos a analisar e a formatar uma reprogramação que visa não desaproveitar, não desperdiçar nenhum cêntimo que temos na nossa esfera de disponibilidade.

Nós não vamos fazer outra coisa que não seja alocar aos projetos cuja exequibilidade nos dá garantias de poder ser alcançada; nós vamos alocar para esses recursos, e mesmo outros, que são imprescindíveis ao País. Se saírem desta programação, isso não significa que vão sair das nossas prioridades; teremos é de arranjar outro instrumento de financiamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao tempo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que também fará duas intervenções, sendo a primeira do Sr. Deputado João Paulo Rebelo, a quem dou a palavra.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, queria, naturalmente, começar por saudar o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Ministro, o Sr. Secretário de Estado, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Há uns anos, um conhecido colunista da nossa praça, que mantinha uma coluna num prestigiado jornal nacional, intitulava essa coluna de «O mundo está perigoso».

De facto, o mundo sempre se deparou com crises, sempre se deparou com problemas e, eventualmente, nós tendemos a viver mais intensamente os problemas do nosso cotidiano, do nosso dia a dia, se calhar olhando para o passado e não reconhecendo a esses problemas do passado uma importância tão decisiva.

Não obstante, acho que faz sentido que reconheçamos que há no ar um clima de insegurança e de incerteza quanto ao futuro, que, eu diria, mais do que nos alarmar, devia inquietar-nos na procura de caminhos e de soluções que nos tragam aquilo que é absolutamente essencial ao desenvolvimento das nossas vidas, que é a esperança.

Sr. Primeiro-Ministro, a nível da União Europeia, dada a própria natureza deste nosso projeto, as inquietações acabam por ser um pouco maiores. Porquê? Porque os consensos necessários obrigam a esforços suplementares. E daí ter sido tão relevante, para mim, registar a importância que o Sr. Primeiro-Ministro também deu ao facto de este ser o primeiro Conselho Europeu onde o ex-Primeiro-Ministro português António Costa estará em pleno exercício das suas funções — o Dr. António Costa que foi tantas vezes elogiado pelas suas competências de construtor de pontes diplomáticas. Assim, espera decisivamente o Partido Socialista que o Sr. Primeiro-Ministro se junte ao Presidente do Conselho Europeu nesta procura de soluções e nesta procura do estabelecimento de pontes, que são absolutamente essenciais.

Se não, veja-se: a situação da Ucrânia é, de facto, um tema da reunião do próximo Conselho, mas a situação da Ucrânia é, infelizmente, um tema das reuniões do Conselho há meses, há anos demasiados, Sr. Primeiro-Ministro. E o que precisamos, além naturalmente de discutir o relatório do presidente finlandês sobre o reforço da prontidão civil e militar da Europa — evidentemente, não somos ingénuos e reconhecemos a necessidade de nos preocuparmos também com as questões militares —, é de procurar soluções diplomáticas e procurar acabar com o sofrimento daquele povo o mais depressa possível.

É evidente que a paz não pode ser conseguida à conta da capitulação dos interesses do país invadido, é evidente que a paz não pode compensar o agressor, mas é indispensável também afirmar os direitos humanos, que aqui já foram referidos até pelo próprio Sr. Primeiro-Ministro, os quais no Médio Oriente estão sistematicamente a ser postos em causa.

Devo a esse respeito dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que o Partido Socialista apresentou um projeto de resolução no passado dia 29 de novembro, Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina, para ser discutido nesta Casa e desejávamos mesmo muito que o Governo português pudesse acompanhar esse desejo de reconhecer o Estado da Palestina e que, inclusivamente, o defendesse no próximo Conselho Europeu, criando condições para que aquela situação possa terminar o mais depressa possível.

A concluir, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer-lhe que as questões do alargamento também nos preocupam e estamos onde sempre estivemos. Entendemos que é importante o alargamento, mas entendemos também que a própria arquitetura institucional da União Europeia, que os próprios tratados devem ser revistos para que a Europa não seja o dito gigante institucional, mas com os pés de barro, para, depois, as decisões, à ação, no fundo, ser lenta, burocrática e demorada.

Na passada semana, comemorámos aqui, com uma sessão solene, o centenário do nascimento de Mário Soares, e eu espero, Sr. Primeiro-Ministro, que se inspire e que todos os líderes europeus se inspirem na coragem, na determinação, na defesa dos verdadeiros valores que a União Europeia deve prosseguir e não em interesses que nada sevem à vida das pessoas, nomeadamente os neoliberais.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Sofia Antunes, do PS. Tem até 3 minutos e 10 segundos.

A Sr.^a **Ana Sofia Antunes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vivemos tempos desafiantes para o nosso futuro coletivo, que, neste momento, dá as boas-vindas aos novos órgãos das instituições europeias. Neste contexto, não poderia deixar de começar a minha intervenção por dar os parabéns aos novos titulares destes órgãos, designadamente à nova Comissária Europeia portuguesa e ao novo Presidente do Conselho Europeu, António Costa.

Neste momento, precisamos de lideranças fortes nos locais certos. Neste contexto, precisamos de lideranças com determinação e com capacidade de cooperação, aquilo que, naturalmente, reconhecemos ao Presidente do Conselho na sua atuação política até aqui. Reconhecemos determinação na sua capacidade para lutar pelos nossos valores e princípios, capacidade de cooperação, de diálogo, de consenso, de construir pontes, para, desta forma, criar uma posição mais firme e mais segura para a Europa no contexto mundial.

Presentemente, vivemos inúmeros desafios também a nível interno, que exigem de nós união, porque, dentro desta União Europeia a 27, continuamos a ter de lidar com extremismos cujo objetivo é apenas e somente o de pôr em causa a nossa democracia, o nosso Estado de direito e a nossa liberdade.

Temos desafios no âmbito da crise política que se desenha na Alemanha e na França, cujas consequências, neste momento, ainda não podemos antever, mas sabemos que terão impactos económicos numa Europa a 27.

Temos desafios migratórios que não passam necessariamente por combater a ideia de se regularizar a migração, mas antes por se fecharem portas sem se criarem mecanismos legais alternativos que permitam às pessoas vir até nós, quando precisamos tanto dessa colaboração e dessa mão de obra — é isso que criticamos por cá.

Efetivamente, há desafios sociais que se mantêm, como a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e — um dos temas-charneira deste Conselho Europeu — a posição da Europa neste contexto global.

É neste sentido, Sr. Primeiro-Ministro, que lhe coloco a seguinte questão: neste contexto desafiante para o papel da Europa no mundo, qual o papel de Portugal no conjunto dos instrumentos e das políticas europeias de uma Europa a 27, com as instituições a trabalhar coletivamente para, efetivamente, reforçarmos o papel da União Europeia no contexto global?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, com a mesma permissão que utilizei com o Sr. Deputado Paulo Moniz, peço ao Sr. Deputado João Paulo Rebelo que perceba a possibilidade de responder já à Sr.^a Deputada Ana Sofia Antunes, porque esta última questão é, de facto, transversal a toda a reflexão que vamos fazer e muito importante do ponto de vista prospetivo para aquilo que nós, em Portugal, na Europa, podemos fazer no contexto internacional.

A pergunta é objetiva: qual é o nosso papel, o que é que podemos fazer, o que é que podemos acrescentar? Eu diria que temos uma grande responsabilidade coletiva e individual, e não estou com isto a aumentar a pressão sobre o novo Presidente do Conselho Europeu, até porque sei exatamente o seu pensamento sobre esta matéria. Tive ocasião, nos últimos dias, numa inovação metodológica introduzida pelo próprio no funcionamento do Conselho, de conversar com ele sobre alguns temas, incluindo esse. Aproveito, até, para o felicitar pela forma como o assunto vai ser colocado na agenda do Conselho Europeu.

Portugal tem efetivamente uma especial responsabilidade. Tem uma responsabilidade direta, porque um dos coordenadores da reflexão é o Presidente do Conselho Europeu, e, depois, uma responsabilidade indireta, porque o Primeiro-Ministro vai, naturalmente, em representação do Governo.

Dispomos, felizmente para nós e para a Europa, de uma possibilidade de interação que é, talvez, única no contexto dos 27 Estados-Membros. Temos tradicionalmente uma política de construção de pontes alimentada do ponto de vista não só dos órgãos de soberania, mas também da nossa rede diplomática, da nossa participação em organizações internacionais, que nos habilita a ser uma voz que é ouvida e a ter uma colaboração que é muitas vezes chamada. Isso aconteceu ainda agora, durante este ano, com a nossa

participação no G20 a convite do Brasil, onde tivemos uma participação extremamente ativa e positiva no decurso dos trabalhos. Participámos em todas as dimensões da reflexão que foram colocadas em cima da mesa.

Já o disse e repito: efetivamente, nós dispomos, nesse contexto, de uma rede diplomática que nos é muito útil e cujo reconhecimento é também muito significativo para podermos estabelecer pontes com a América do Sul, com a América Latina, com os Estados Unidos da América, com quem temos uma relação política e económica cada vez mais viva, com África, como já tive ocasião de descrever há pouco, e também com os países árabes, com quem temos vindo a consolidar um diálogo político e institucional ainda mais forte.

Da mesma forma, refiro o Sudeste Asiático, onde a nossa presença histórica deixou, em vários países — não apenas naqueles em que temos maiores comunidades, como em Timor-Leste, naturalmente —, como a Indonésia, a Malásia e até o Vietname, a China ou o Japão, um contexto de relacionamento que muitas vezes não aproveitamos completamente do ponto de vista bilateral, mas que, do ponto de vista multilateral, nos dá uma possibilidade que outros Estados-Membros da União Europeia não conseguem *per se*.

Podia ir por aí fora até chegar à Austrália e à Nova Zelândia, onde também temos, nomeadamente na Austrália, uma comunidade enorme que ainda hoje alimenta muitos dos nossos valores e do nosso contexto de abordagem aos principais desafios que se colocam à escala global, que são, efetivamente, imensos.

Como dizia o Sr. Deputado João Paulo Rebelo, creio que pensando em Vasco Pulido Valente, do ponto de vista circunstanciado, «o mundo está perigoso». Até podemos, de um ponto de vista mais filosófico, ir um pouco mais além e ir ao princípio de Einstein, que dizia que «o mundo é perigoso». De facto, somos confrontados com desafios que se projetam e prolongam durante os tempos e, depois, somos desafiados a circunstâncias específicas de excesso de perigo, excesso de desafio. É exatamente o que acontece hoje.

A Europa não pode virar as costas à sua responsabilidade. A Europa é, no contexto global — às vezes não valorizamos isto —, o espaço mundial com maior afirmação dos direitos humanos, com maior afirmação dos princípios democráticos, com maior afirmação dos direitos sociais — que, aliás, a Sr.^a Deputada Ana Sofia Antunes também referiu —, através do pilar social da nossa construção europeia.

Somos objetivamente uma comunidade de países que, no contexto global, tem muito a acrescentar. Muitas vezes, até somos penalizados por isso. Muitas vezes, como privilegiamos muito os valores e não tanto alguns interesses mais particulares, até perdemos, nomeadamente do ponto de vista comercial, alguma competitividade, ao abrigo da afirmação desses valores, ao abrigo do apoio que a Europa presta ao desenvolvimento económico e político de muitas regiões.

Mas, sinceramente, em nome do Governo, num contexto de completa continuidade com aquilo que vem dos Governos anteriores, não deixaremos de assumir essa responsabilidade, não deixaremos de enfrentar a incerteza e a insegurança.

É verdade que, do ponto de vista económico, há algumas questões que nos preocupam no nosso espaço comum. Em particular, os dois motores económicos da Europa estão, de facto, engripados neste momento, quer pelo desempenho económico propriamente dito — isso vê-se sobretudo na Alemanha —, quer pela circunstância de instabilidade política, e de alguma maneira social e financeira, em França.

Estamos confrontados com um agudizar da situação junto de nós que, de alguma maneira, também nos pode tocar. Tentaremos ser o mais imunes possível, olhando para outras oportunidades, mas não deixando de ajudar estes parceiros a debelar a situação de dificuldade em que se encontram.

Quanto à última questão que o Sr. Deputado João Paulo Rebelo trouxe, que já não é nova, já falámos sobre isso — bem sei que o tempo vai passando e as circunstâncias vão-se alterando —, ainda não defenderemos o reconhecimento do Estado da Palestina. Estamos muito comprometidos com um caminho que passa por um cessar-fogo imediato, por um cessar das hostilidades e por garantias de respeito pelo direito humanitário.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O que se passa, nomeadamente em Gaza, do ponto de vista humano, é absolutamente intolerável, é mesmo deplorável, mas entendemos que, do ponto de vista político, o caminho que devemos trilhar é o da afirmação dos dois Estados. Ainda há espaço para o percorrer e, neste momento, é essa a nossa posição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Segue-se o Grupo Parlamentar do Chega, que tem até 6 minutos e 30 segundos, e também serão dois Deputados a fazer as perguntas.

Para começar, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, com a oposição de diversos Estados-Membros, a Comissão Europeia prepara-se para avançar com o novo acordo com a Mercosul.

O Chega não é insensível às vantagens que este acordo pode trazer para Portugal e para a Europa, mas tem consciência de que os acordos e contratos promovidos pela Sr.^a Von der Leyen são, em regra, muito bonitos por fora, mas, na realidade, nocivos e pouco transparentes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Para que, neste caso em particular, assim não seja, Portugal deverá acautelar com rigor as suas necessidades específicas, garantindo que este acordo as reconhece e protege. Permita-me, Sr. Primeiro-Ministro, duvidar que isso esteja a acontecer.

Se, como dizem os brasileiros, este convénio eliminará ou limitará tarifas para 99 % dos agropecuários, por esclarecer ficam as consequências para os produtores portugueses. Parece-me mesmo razoável temer que, para estes, venham a ser desastrosas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — O entusiasmo acrítico, cego e dócil com que o Sr. Ministro da Agricultura se entregou à defesa deste acordo deve certamente assustar os nossos agricultores, assim como todos os que, nesta Câmara, se preocupam verdadeiramente com eles.

Aplausos do CH.

Se o acordo de parceria avançar nos termos conhecidos, o mercado português acabará inundado por bens agrícolas com custos de produção muito inferiores, produzidos sob regimes legais e fiscais muito mais favoráveis e com normas sanitárias, de proteção ambiental e de controlo de qualidade incomparavelmente mais relaxadas. Sabemos, por exemplo, que cerca de 30 % dos pesticidas autorizados na América do Sul são proibidos na União Europeia.

Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe objetivamente: que mecanismos reais de controlo de qualidade e de proteção aos nossos produtores serão criados para garantir que nem estes, nem os consumidores, acabarão a pagar as opções livre-cambistas da Comissão Europeia?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — É que, para a agropecuária portuguesa, este é o acordo que legaliza e normaliza a concorrência desleal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — É uma bomba-relógio acionada com a participação e o aplauso deste Governo contra milhares de produtores portugueses. Essa bomba vai rebentar e a responsabilidade política não caberá apenas à Comissão Europeia, senão também ao Governo do PSD e do CDS.

Voices do CH: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, porque não se junta Portugal à França e aos restantes países que pedem a renegociação, ao invés de se tentar destacar, como sempre, como aluno bem-comportado da Sr.^a Von der Leyen?

Esperamos que seja política deste Governo proteger efetivamente os nossos produtores e consumidores, e não, como de costume, limitar-se a assinar de cruz o que Bruxelas manda.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado António Pinto Pereira, do Chega, para fazer perguntas ao Governo.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, a União Europeia e a Geórgia assinaram um acordo de associação em 2014, em vigor dois anos depois. O acordo instituiu um regime comercial preferencial.

O país candidatou-se à adesão à União em 2022 e foi-lhe concedido o estatuto de país candidato no ano a seguir.

A 26 de outubro, venceu as eleições um sonho georgiano diferente do que estava previsto, próximo do Kremlin. Durante o dia das eleições, houve denúncias de intimidação do partido no poder e incidentes violentos, sendo clara a contestação dos resultados.

O Parlamento Europeu adotou uma resolução a condenar as eleições legislativas, por não terem sido nem livres, nem justas. Os Eurodeputados denunciaram as numerosas e graves violações eleitorais, incluindo casos documentados de intimidação dos eleitores, manipulação de votos, interferência nas atividades dos observadores eleitorais e dos meios de comunicação social e alegada manipulação envolvendo máquinas de votação eletrónicas.

O Governo da Geórgia suspendeu o processo de adesão à União. O povo sublevou-se e saiu à rua. O que pensa fazer Portugal sobre esta importante temática, que, sem uma medida firme, favorece o inaceitável processo de ingerência de um país ditatorial num país europeu livre e independente?

A tensão no Médio Oriente continua na ordem do dia. Há 15 dias, foram tomadas as cidades de Alepo e Hama e parte do Sul. Seguiu-se o controlo da cidade central de Homs, a terceira maior. Por fim, foi conquistada Damasco, a capital.

É certo que foi derrubado um domínio ditatorial de 53 anos apoiado pela Rússia. Caiu um regime iniciado por um golpe de Estado de Hafez al-Assad, que liderou o país durante 29 anos, proibiu a oposição partidária e a participação de candidatos a eleições, perseguiu, prendeu, torturou e matou os opositores políticos. O regime de Hafez foi continuado por Bashar, por mais 24 anos.

O problema é que a recente intervenção militar foi feita por fações rebeldes, lideradas por um grupo que tem origem na Al-Qaeda, o Hay'at Tahrir al-Sham,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — ... liderado por Abu Mohammad al-Julani, *sheikh O Conquistador*, que passou a ser o grande vitorioso da chamada «Síria livre». Só que é um grupo terrorista e a Síria é um barril de pólvora, com vasto equipamento e armas, incluindo armas químicas, que podem ser usadas contra o Ocidente. Ontem, Israel iniciou ataques cirúrgicos às instalações militares sírias, para neutralizar esta potencial ameaça.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Acresce a existência de bases militares russas em território sírio. É o caso da base aérea de Khmeimim, próxima à cidade portuária de Latakia; é o caso da base naval de Tartus, estratégica no acesso direto ao Mediterrâneo, que serve para conduzir exercícios navais, funcionando como estaleiro de embarcações militares de guerra e refúgio de submarinos nucleares.

O que conta defender o Governo de Portugal sobre a transição para um regime democrático na Síria, a proteção dos direitos das pessoas e das minorias e a contenção da ameaça radical islâmica?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, Sr. Deputado António Pinto Pereira, agradeço as vossas questões.

Relativamente ao acordo do Mercosul, creio que o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto comete um equívoco na sua análise, ao partir do princípio de que este acordo é um passo para piorar aquilo a que chamou, e bem, uma concorrência desleal que existe hoje, quando ele comporta precisamente o sentido contrário.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Este acordo teve o empenho de Portugal. Devo confessar que, desde a minha primeira participação nas reuniões do Conselho Europeu e da minha interação com a Comissão Europeia, em nome do Governo, dei sequência àquela que tem sido a nossa política, nos últimos anos, de apoio, para alcançarmos uma base que possa conferir maior equidade e maior reciprocidade do lado da Europa e do lado dos países que integram este acordo na América do Sul. Precisamente para quê?! Para que não haja tantas disparidades fiscais e para que não haja tantas disparidades, como há hoje, na política de restrição do ponto de vista sanitário, do ponto de vista do cumprimento de regras ambientais.

O Sr. Deputado tem uma preocupação que eu também tenho: é que não sejamos inundados, nas nossas prateleiras, no nosso comércio, de produtos provindos de Estados, de países, onde as regras não existem.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, infelizmente, é isso que vivemos hoje. Nós estamos já hoje inundados de produtos agropecuários que chegam ao nosso mercado provindos de países, nomeadamente estes, onde não são observadas nem as imposições de regras sanitárias, nem as imposições de regras ambientais, produtos sobre os quais não incide uma tarifa fiscal que seja compatível com aquela que nos exigem quando tentamos exportar os nossos.

Portanto, o posicionamento do Governo português não é o de secundar a posição da Presidente da Comissão. O Sr. Deputado não me leve a mal, mas, se eu fechasse os olhos, pensaria que estava a ouvir alguma coisa vinda da bancada do PCP ou do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é preciso ofender!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os extremos tocam-se, efetivamente, muitas vezes.

Não é uma questão de assinar de cruz o que o Bruxelas manda; é influenciar a decisão de Bruxelas de dar a esta relação comercial um enquadramento, uma formalização que garanta, precisamente, estes princípios. É nisso que estamos empenhados.

Sinceramente, compreendemos que haja países que ainda têm resistência. Espero sinceramente que se faça o desbloqueio final deste dossiê, que possa ser obtida a maioria que é necessária para a sua aprovação, porque olhar com o sentido — como alguns Estados-Membros têm feito nos últimos anos — de bloqueio a alcançar este acordo, ao invés de favorecer, tem sido altamente prejudicial à agricultura e à pecuária europeia, e também à nossa portuguesa, eu diria, perdoando-se-me a expressão, «por tabela».

Já agora, quero só dizer que, do ponto de vista da oportunidade, o Mercosul não deixa de ser um mercado superior a 700 milhões de consumidores. Portanto, este fluir das relações comerciais é, do ponto de vista do interesse estratégico da Europa, também uma oportunidade de alargarmos as nossas opções e a nossa capacidade exportadora, não apenas do ponto de vista dos produtos agropecuários, mas também de várias das nossas transações comerciais.

Relativamente às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado António Pinto Pereira, nós acompanhamos com muita preocupação a evolução da situação na Geórgia. Portugal tem reiterado — e creio

que isso também vai ser feito na reunião do Conselho Europeu pelos nossos parceiros — a importância de a União Europeia prosseguir o processo de adesão, a importância de se reverter esta tendência do poder político, que, está visto, é contrária ao sentido do povo, que se tem manifestado.

Naturalmente, não faremos nenhuma ingerência direta, mas compreendemos que algo vai mal quando o Governo faz uma inversão e as pessoas não respeitam, as pessoas manifestam-se, de uma forma muito significativa. Não estamos a falar de um epifenómeno; estamos a falar de uma contestação que é muito consolidada, que é, efetivamente, muito, muito relevante.

Creio que a União Europeia deve, portanto, ser muito clara — já tem sido noutras ocasiões, mas agora deve sê-lo mais ainda — em dizer ao povo georgiano e às suas autoridades que o caminho de afirmação do respeito pelos direitos humanos, pelos valores da democracia, tem de ser assegurado, pois é um contexto inevitável na aspiração assumida pelo povo georgiano de pertencer a esta comunidade.

Portanto, tentaremos, repito, com o melindre de não confundir isso com ingerência, ser muito firmes em relação àquilo que tem sido o posicionamento recente do Governo da Geórgia.

A questão da Síria, já a abordei há pouco. Sr. Deputado, também temos essa preocupação. De facto, estamos a falar de uma situação que é sempre muito volátil, estamos a falar de um contexto em que todas as soluções têm muitas imperfeições, mas neste momento acho que está aberta uma oportunidade de, acabando com o regime, se poder criar as bases para ter um contexto de maior estabilidade e de maior proteção também dos direitos das pessoas.

Obviamente, não pactuaremos com caminhos como aqueles que aqui descreveu, que são amigos do terrorismo, que são inimigos, neste caso, dos direitos humanos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Segue-se o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Agora, até ao final, todos os grupos parlamentares só terão um Deputado a fazer a pergunta ao Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens pouco tempo, Bernardo!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É pouco tempo, mas chega para dar umas cacetadas!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal, para fazer perguntas ao Governo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Membros do Governo e cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro.

Relativamente ao acordo com a Mercosul, vou ser rápido. Também estou ansioso por ouvir a intervenção do PCP, porque me parece que vai ser muito parecida com a do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Relativamente a essa matéria, quero dizer que o acordo não será perfeito, certamente, mas é o possível, tendo em conta as negociações e tendo as assinaturas de líderes tão distintos como o Presidente Milei, da Argentina, e o Presidente Lula da Silva, do Brasil. Isso é certamente um sinal positivo em relação ao acordo.

Relativamente à posse de António Costa, a quem desejo boa sorte, quero dizer, de forma muito honesta, que ao contrário do Sr. Primeiro-Ministro, eu não confio no agora Presidente António Costa para colocar a competitividade e o crescimento económico como prioridades da agenda europeia. Tendo em conta que o Sr. Primeiro-Ministro confiou, o que temos de fazer é exigir ao Sr. Primeiro-Ministro a responsabilidade de, no Conselho Europeu, garantir que o crescimento económico será mesmo a prioridade da Europa, até porque, no passado, já vimos vários pacotes de desburocratização e no fim, infelizmente, na prática, o que aconteceu foi que houve mais burocracia e não menos burocracia.

Isso tem consequências bem reais. Por exemplo, ainda anteontem, a OpenAI — e temos falado aqui de inteligência artificial — lançou a sua nova plataforma de geração de vídeo, e a Europa não tem a ferramenta disponível por motivos regulatórios, como outras disponíveis que já tem.

Tenho batido nesta tecla nestes debates consigo, Sr. Primeiro-Ministro. Já perdemos uma revolução digital, e conto com o Governo e o Conselho Europeu para que não se venha a perder uma próxima.

Relativamente ao Médio Oriente, não vou voltar a tocar no assunto. O Sr. Primeiro-Ministro já falou nisso e relativamente à Geórgia também. Queria antes falar de dois outros países muito importantes: Moçambique e Venezuela. São dois países onde continua a haver dezenas de mortos, dezenas de detenções arbitrarias de opositores políticos.

Sobre Moçambique, que o Sr. Primeiro-Ministro mencionou de forma muito breve, o que quero saber especificamente é se no Conselho Europeu irá mencionar o tema ou não, porque uma posição europeia poderia trazer aqui alguma influência.

Sobre a Venezuela, ainda ontem, uma pessoa que eu conhecia bem, por acompanhar, Jesús Armas, foi sequestrado, basicamente, e ninguém sabe onde está. É mais um ativista político que desaparece. Gostava de saber se o Sr. Primeiro-Ministro, no Conselho Europeu, tem a disponibilidade de pressionar para que haja uma tomada de posição nas conclusões deste Conselho.

Já agora, permita-me uma nota final: as declarações do Sr. Embaixador na Venezuela foram vergonhosas para o País e, perante tudo o que está a acontecer, não podemos ficar equidistantes. O Sr. Primeiro-Ministro tinha aqui, hoje, uma boa oportunidade de se distanciar dessas declarações.

Por fim, sobre o PRR, foi hoje noticiado que o Ministério Público acusou a Inspeção-Geral de Finanças de não ter concluído as auditorias devidas, de não ter entregado as documentações necessárias. Queria saber o que é que o Sr. Primeiro-Ministro poderia adiantar sobre isto, porque há uma matéria obviamente muito grave de controlo do PRR, de potenciais fraudes e outros indícios de crime. Obviamente, temos sempre de acompanhar e seguir os procedimentos.

Por fim, não resisto a uma curiosidade final. O Sr. Primeiro-Ministro anunciou aqui o mundial de futebol masculino de 2030. É uma boa notícia, sou apreciador de desporto e de futebol, mas a melhor notícia para os contribuintes é que já temos as infraestruturas praticamente todas. Por isso, não há muito espaço — seja o Governo da altura este ou outro — para grandes aventuras financeiras e desperdícios, etc.

Por isso, o que lhe queria perguntar, muito diretamente, é se já nos pode dizer qual é que foi o retorno financeiro estimado pela candidatura para este evento para o nosso País.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardo Blanco, é verdade, o acordo com o Mercosul poderá vir a suscitar nesta Câmara opiniões muito convergentes, na ponta direita e na ponta esquerda.

Mas também é verdade aquilo que disse: juntou, nomeadamente nos parceiros da América do Sul, visões políticas bem diferentes. Ainda assim, conseguiram concertar-se relativamente ao valor económico do acordo, ao valor comercial do acordo, quer o Presidente argentino quer o Presidente brasileiro, que são talvez o expoente máximo disso mesmo.

Já agora, aproveito para daqui, em nome do Governo português, desejar um rápido restabelecimento ao Presidente Lula, do Brasil.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que mantenho aquilo que disse há pouco, na resposta anterior. Parece-me que esta é uma oportunidade. Não há, de facto, acordos perfeitos, não há negociações perfeitas. Há uma coisa que eu sei: se não houver regulação, se não houver um mínimo de reciprocidade nas regras de trocas comerciais, vamos perder sempre. Vamos perder sempre porquê? Porque somos o espaço que, por natureza e também por desenvolvimento, é mais exigente consigo próprio.

Isso tem vantagens, naturalmente, mas tem também alguns problemas, e, muitas vezes, estamos a perder oportunidades de, com esta reciprocidade, com esta possibilidade de maior responsabilidade do ponto de vista

comercial, libertarmos recursos para sermos mais inovadores e mais consequentes nas transformações que o Sr. Deputado mencionou, nomeadamente, na questão da transição digital.

Eu estou de acordo consigo: a Europa não tem cumprido a sua responsabilidade, a sua obrigação e a sua missão do ponto de vista da transição digital. Continuamos a ter excesso de burocracia e continuamos a ter excesso de regulação, e não podemos ser ingénuos. A Europa não pode ser ingénua no panorama internacional. Temos de acompanhar os grandes movimentos que dão desenvolvimento à humanidade. Temos de acompanhar as grandes oportunidades, mas temos de o fazer com pragmatismo. Não podemos pensar que estamos isolados no mundo — porque não estamos — e não podemos querer ter um ascendente moral que depois se repercute em perda de qualidade de vida e perda de bem-estar dos cidadãos. E esse é um dos casos.

Neste momento, do ponto de vista das tecnologias, do ponto de vista da inovação digital, estamos abaixo quer do lado chinês quer do lado americano, e não haveria razões para isso à partida, porque, felizmente, temos muito conhecimento, muita ciência, muito investimento nesta área, que, infelizmente, depois acaba por não ter essa dimensão, por falta de pragmatismo e, neste caso, por excesso de regulação.

Já percebi que não vou ter tempo para tudo, mas, para não me esquecer, irei à questão final, e depois tentarei dar-lhe resposta à questão de Moçambique e da Venezuela, se puder.

Quanto à questão final que o Sr. Deputado colocou sobre a IGF (Inspeção-Geral de Finanças) — aliás, foi a penúltima, porque a última foi sobre o retorno, e, sobre este tema, há vários estudos de que falaremos, se calhar, noutra ocasião —, quero dizer-lhe que a informação que obtive antes de vir para esta tarde de debate foi a de que estávamos na presença de informação ou que não estava na posse da IGF ou que era responsabilidade de outros organismos dar.

Sinceramente, não me passa pela cabeça que a IGF possa estar a ocultar qualquer documentação no que toca a ações de fiscalização de aplicação de dinheiros públicos, em particular, de fundos europeus. Mas creio que esse esclarecimento foram os próprios detentores da direção da IGF que o afirmaram, numa comunicação que é pública neste momento.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 3 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, certamente que os desenvolvimentos na Síria serão um dos temas debatidos nesta reunião do Conselho.

Se a queda de Bashar al-Assad é uma boa notícia, a verdade é que não temos grandes certezas relativamente à celebração desse acontecimento, porque os antecedentes de quem tomou Damasco não abonam a favor da tranquilidade. Estamos a falar, aliás, de uma organização considerada terrorista pela União Europeia e, por essa via, por Portugal também, por isso, a prudência é o que nos é recomendado neste momento.

Nesse sentido, a queda do regime sírio de Bashar al-Assad não pode servir como uma oportunidade para violações do direito internacional. Infelizmente, começamos já a assistir a alguns aproveitamentos dessa natureza: desde logo, a presença de Israel em área desmilitarizada na Síria viola o Acordo de 1974 e os bombardeamentos de Israel violam o direito internacional.

Portanto, a primeira questão que lhe coloco, Sr. Primeiro-Ministro, é no sentido de saber se o Governo português vai, à semelhança do que fez, aliás, a Organização das Nações Unidas, condenar os avanços de Israel no território sírio, e, mais do que isso, se o Sr. Primeiro-Ministro nos pode deixar aqui a garantia de que o Governo português não vai reconhecer as anexações de território que vão decorrer dos aproveitamentos de Israel neste momento, e a alargar já as anexações ilegais que existem.

Essa é a primeira parte.

A segunda parte da questão em relação ao que se passa na Síria tem a ver com os refugiados. Sabemos que o conflito na Síria gerou o maior número de refugiados de que há memória, nos últimos tempos. Estamos a

falar de 5,2 milhões de refugiados registados só na região, 7,2 milhões de refugiados internos dependentes da ajuda humanitária e largos milhares de refugiados na Europa.

Com a queda de Bashar al-Assad, vários países, entre eles a Bélgica, a França, a Áustria, a Alemanha, a Grécia, a Itália, a Suécia, fizeram saber que iriam introduzir uma pausa nos requerimentos de asilo — aliás, a Áustria vai mais longe e anuncia, inclusive, que vai iniciar um programa de deportação.

O Sr. Primeiro-Ministro já teve oportunidade de nos dizer — o que, aliás, saudamos — que os 1243 refugiados sírios que estão em Portugal assim continuarão, seja essa a sua vontade. Mas a minha questão prende-se com a outra parte da sua intervenção, que tem a ver com os casos pendentes, isto é, dos processos de reinstalação que estão em curso, porque é importante saber o que vai acontecer a estas pessoas.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que poderia haver pressões por parte da União Europeia e de outros países neste sentido, pelo que a questão é muito simples: o que é que realmente o Governo português vai fazer? Isto porque não há nenhuma pressão que se possa aceitar do ponto de vista de processos que estão em aberto, alguns dos quais têm de ser concluídos até ao final do ano — não estamos a falar assim de tantas pessoas, mas foram criadas expectativas.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, o que queremos dizer é muito claro: a palavra do Estado português tem de ser para valer, pelo que esperamos que não haja nenhuma alteração do vínculo de expectativa que foi criado em relação a estas pessoas, e que não haja a suspensão de nenhum processo de reinstalação em curso. É essa a garantia que também queremos do Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Marisa Matias, agradecendo as questões colocadas, e começando já por esta última, quero reiterar aquilo que disse há pouco: a nossa posição é a de garantir que os 1243 refugiados sírios — naturalmente, se for essa a sua vontade — possam permanecer no nosso território.

Agora respondendo à questão mais concreta que colocou, do mesmo modo, não temos nenhuma pretensão de suspender nenhum processo pendente. A questão que se nos poderá vir a colocar no futuro, nomeadamente quanto à suspensão, é relativamente a processos novos, processos que possam vir na sequência de decisões que nós não controlamos, de outros Estados da União Europeia — e a Sr.^a Deputada mencionou aqui alguns —, que podem criar um nível de pressão demasiado elevado sobre nós, sendo que, naturalmente, teremos de agir em conformidade com isso, eventualmente, tomando alguma medida.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Não, não teremos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não estou com isto a dizer que já temos isso no nosso horizonte, porque não temos. Espero, sinceramente, que não nos tenhamos de confrontar com isso e apelaremos a que, do ponto de vista europeu, a situação possa ser salvaguardada, mas evidentemente que, neste momento, temos um contexto que, se for alterado de forma muito significativa, poderá merecer uma reponderação da nossa parte. Isto, repito, não olhando para processos pendentes, mas olhando para processos novos que possam ser fruto de uma nova circunstância, se ela atingir um valor de tal maneira significativo, que nos possa impor também essa reponderação.

Depois, quero dizer-lhe que também estamos preocupados com esta transição que se está a desenvolver na Síria. Como já disse há pouco, continuaremos alinhados com as resoluções e recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre esta matéria, e até com as resoluções do Conselho de Segurança, sempre com o propósito de salvaguardar os direitos humanos e salvaguardar também, enfim, já não vou dizer uma transição democrática imediata, porque isso será talvez inverosímil, mas uma transição com valores democráticos, com valores de tolerância, com valores de respeito pela vontade do povo sírio.

Obviamente que temos feito isso, e vamos continuar a fazê-lo. Estaremos ao lado da União Europeia no reconhecimento daqueles grupos que são mais extremistas, nomeadamente o HTS (Hayat Tahrir al-Sham), que foi considerado uma organização terrorista, o que acompanhamos, e, naturalmente, também temos alguma

apreensão, se se vier a consumir o envolvimento desta organização na transição política e na evolução que, no terreno, a situação vai alcançando.

Relativamente à incerteza que paira, neste processo de transição, sobre a possível intromissão de países, nomeadamente, de Israel, como a Sr.^a Deputada focou, nós estaremos sempre do lado do respeito pelo direito internacional. É esse o posicionamento do Governo português que temos afirmado. Portanto, a nossa expectativa é a de que todos os países vizinhos, todos os países que intervêm neste território, possam ter a contenção necessária para não criarem dificuldades a uma transição que se quer pacífica...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para formular perguntas, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, a primeira questão é no sentido de saber se é desta que vai defender que o Conselho Europeu condene inequivocamente Israel pela brutal agressão contra o povo palestino e reconhecer o Estado da Palestina.

É que Portugal já faz parte da liga dos últimos que ainda não o fizeram. São mais de 105 000 vítimas e mais de 44 000 mortos só no último ano. É desumano o que está a acontecer! E esta falta de posição por parte da União Europeia revela também que os valores e os direitos que a União Europeia afirma, afinal, não são para todos os seres humanos.

O Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) considerou a prática do crime de genocídio por Israel. A Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), seguindo um parecer deste tribunal, aprovou uma resolução considerando ilegal a ocupação dos territórios palestinos tomados em 1967 e instou os Estados a assumirem as suas responsabilidades, designadamente, abstendo-se de qualquer medida ou iniciativa que contribua para o prolongamento daquela ocupação.

O que está a fazer o Governo português para que Portugal não seja envolvido na prática de crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade levados a cabo por Israel? Vai tomar a iniciativa de suspender o acordo da União Europeia com Israel, que atribui apoios para a aquisição de armamento por parte deste?

O Sr. Primeiro-Ministro confirmou hoje a sua subordinação à escalada da guerra, à corrida aos armamentos, que só trazem destruição e sofrimento. Os recursos do Estado devem ser mobilizados para valorizar salários e pensões, para garantir serviços públicos e direitos, para o investimento público, e não para o esforço de guerra, como o Governo assumiu aqui, sacrificando as condições de vida dos trabalhadores, dos reformados e do povo, e comprometendo o desenvolvimento do nosso País.

Perante os perigos do alastramento da guerra, o que é preciso não é acicatar o confronto, mas sim o desanuviamento, tomando a iniciativa para uma negociação pacífica que garanta uma solução de paz e de segurança na Europa e no mundo.

Uma última questão que gostaríamos de colocar é sobre o acordo União Europeia-Mercosul. O Governo avaliou os impactos deste acordo nos agricultores do nosso País? Que diligências fez para defender os agricultores portugueses e a agricultura familiar?

Este é um acordo que favorece o agronegócio e é prejudicial para os agricultores, mas eu queria aqui suscitar, em particular, o caso dos pequenos e médios agricultores. A colocação de produtos alimentares em Portugal a custos mais reduzidos vai colocar em causa a sobrevivência dos agricultores portugueses.

Este acordo é também negativo a nível ambiental, pelo modo de produção intensiva e superintensiva, pela produção de produtos geneticamente modificados, pela utilização de produtos que são proibidos no nosso País, e contraria um princípio que é de grande importância, o da produção e consumos locais. A questão é: o que é que pretende o Governo fazer? Vai, mais uma vez, claudicar perante o agronegócio ou vai defender o interesse nacional?

Aplausos do PCP.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, já tenho dito noutras ocasiões que, neste tipo de debate, quando chegamos a esta altura, alguns temas são repetidos, e eu também me torno repetitivo a responder.

Não quero desmerecer, bem pelo contrário, a intervenção da Sr.^a Deputada Paula Santos e as questões que suscitou, mas vai-me permitir que eu aborde, sobretudo, uma questão que é quase conceptual, na qual a Sr.^a Deputada insiste.

A Sr.^a Deputada diz que nós nos subordinámos aos valores da guerra, que nós claudicámos na defesa do interesse nacional, e eu, sinceramente, acho que não ajuda a um debate produtivo que utilizemos uma expressão tão radical de divergências políticas que temos.

A Sr.^a Deputada tem todo o direito de ver a história e aquilo que aconteceu, e que acontece hoje por todo o mundo, com os seus olhos. Tem todo o direito, e eu respeito isso. O que não tem é o direito de deturpar aquela que é a nossa visão, a visão que nós apresentamos.

Eu vou-lhe responder diretamente: nós não estamos subordinados a nenhum interesse da guerra. Nós estamos subordinados, sobretudo, exclusivamente ao interesse da paz. Só que, para garantir a paz, é preciso ter forças de dissuasão da guerra.

Aplausos do PSD.

Quem não perceber isto vive noutro mundo — francamente, vive noutro mundo!

Mesmo os regimes políticos em que a Sr.^a Deputada inspira o seu posicionamento, quando tiveram a ocasião — e quando têm, alguns, ainda — de dirigir os respetivos órgãos políticos, foram os primeiros, nesse contexto, a privilegiar precisamente a sua capacidade de defesa, para poderem salvaguardar a sua integralidade territorial e política, e também para poderem dissuadir os outros de a porem em causa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ora, este é o princípio que temos, hoje, diante de nós. Podemos achar que isto é tudo um mundo cor-de-rosa,...

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

... e dizer: «Sim senhora, nós temos de utilizar os recursos todos só apenas para isto, aquilo e aqueloutro» — nomeadamente, para as despesas sociais, que são a nossa prioridade, são, efetivamente, a nossa prioridade; mas não podemos desguarnecer as outras. Sabe porquê? Porque, se desguarnecermos as outras, nós vamos penalizar estas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se nós não garantirmos a nossa integralidade, a nossa independência, se não garantirmos paz dentro de portas e nos mercados aos quais queremos vender os nossos produtos, se não garantirmos isso, vamos penalizar a capacidade do Estado de ter as receitas suficientes para depois fazer face às despesas sociais que a Sr.^a Deputada quer salvaguardar, e nós também queremos.

Portanto, com franqueza, eu percebo que tenhamos uma visão do mundo diferente e percebo que tenhamos uma visão do País, da economia e da sociedade diferente. Mas eu não a acuso de subordinar o seu pensamento ou de claudicar o seu pensamento relativamente à finalidade das suas políticas. Acuso-a de não respeitar que eu faça o mesmo, ainda que em sentido contrário ao seu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O artigo 7.º da Constituição é o que rege as nossas posições.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao Grupo Parlamentar do Livre. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares para formular perguntas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr. Secretário de Estado, Sr. Ministro, Sr. Primeiro-Ministro, vou tentar não repetir perguntas, para que assim possa obter respostas novas.

Nós não podemos estar sempre a dizer às pessoas que o mundo mudou e depois não tirar as devidas consequências da mudança do mundo. O Sr. Primeiro-Ministro glosava, ainda há pouco, uma citação atribuída a Albert Einstein, que dizia que o mundo é perigoso. A parte seguinte, que valia a pena citar, é que ele não o é por causa das ações das pessoas más, mas por causa da inação das pessoas boas.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

E é desse ponto de vista que as próximas perguntas se seguem.

Creio que não há ninguém que não possa ficar aliviado pela queda do poder anterior, do regime policial e cruel de Bashar al-Assad, na Síria; mas também não há ninguém que possa ficar descansado com o facto de o novo poder ser de uma organização que é, basicamente, oriunda da Al-Qaeda e do ISIS (Islamic State of Iraq and Syria).

Que haja sírios a quererem regressar à sua terra é mais do que normal e, aliás, só prova, ao contrário do que a extrema-direita costuma dizer, que os refugiados, em primeiro lugar, gostariam de estar nas suas casas, de onde foram expulsos e escoraçados. Agora, espanta-me que haja Governos europeus que pretendem acelerar esse processo e que não haja, da parte de um Governo como o português, lá está, a ação das pessoas boas contra as ações das pessoas más. Quer dizer, o direito europeu é muito claro: um país que é governado por alguém que está numa lista de terroristas não é ainda um país seguro, e não se podem deportar refugiados ou requerentes de asilo para esse país. Sr. Primeiro-Ministro, o que é que vai fazer no Conselho Europeu?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Já disse!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Em segundo lugar, o Sr. Primeiro-Ministro participou na Cimeira do G20, de que saíram conclusões muito claras acerca de pôr alguma justiça na globalização, procurando que aqueles que são os super, ultra, mega ricos, em ordens de magnitude de milhares de vezes superiores, até, ao percentual mais rico em Portugal,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes e da Deputada da IL Mariana Leitão.

... contribuam com qualquer coisa para ajudar o planeta, que disso precisa para o combate as alterações climáticas, para as várias transições que precisamos de fazer, e — o Sr. Primeiro-Ministro concordou — auxiliar os que menos podem. De que maneira é que o Sr. Primeiro-Ministro vai levar esse debate para o Conselho Europeu?

Tenho uma terceira pergunta. Nós tivemos aqui um debate sobre os relatórios Letta, Draghi e Niinistö. O Sr. Primeiro-Ministro não esteve presente, mas o seu Ministro dos Assuntos Parlamentares esteve e deixou bastante claro que o Governo estaria disponível para criar, desde já, instâncias que permitam a Portugal, na prontidão, na preparação e no planeamento, perante qualquer eventualidade, de forma alargada, poder perceber onde é que há oportunidades, nestes relatórios, para Portugal e em que é que nos devemos preparar.

Se o relatório Niinistö diz, por exemplo, que é importante que a sociedade civil esteja preparada, até, inclusive, para o abastecimento das casas de várias famílias em dias de crise — climática, ambiental ou militar —, de que forma é que um Primeiro-Ministro de Portugal não vai ao Conselho Europeu dizer «atenção, que isso, para Portugal, é um problema social, é preciso que haja fundos europeus para isso, é preciso haver preparação»? Está o Sr. Primeiro-Ministro disposto a criar estas instâncias, em que o Parlamento também esteja envolvido?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Super, hiper, mega rico era o Sócrates!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — São os vossos amigos!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Eu sou super, hiper, mega rica!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, de facto, é verdade: como dizia Einstein, o mundo é perigoso, e não é perigoso pela ação dos maus, é-o, muitas vezes, pela inação dos bons. E é isso que nós tentamos, de facto, promover.

Apesar da nossa dimensão — que, no caso europeu, nem é assim tão pequena quanto, às vezes, alguns discursos fazem crer —, apesar das nossas limitações, nós continuamos a ser, efetivamente, um país com uma palavra importante na cena internacional, multilateral e, naturalmente, na União Europeia, como Estado-Membro que somos, de pleno e total direito.

Por isso, Sr. Deputado, não tenho nenhuma dúvida em distinguir refugiados de guerra de imigrantes económicos, imigrantes com a vocação e a intenção de procurarem uma situação económica melhor.

Nós temos de distinguir, efetivamente, estas duas circunstâncias: há pessoas que migram, que têm fluxos de mobilidade, em função de uma circunstância inultrapassável, que é fugir da morte, fugir do destino de serem confrontadas com situações absolutamente desumanas que, muitas vezes, redundam mesmo na perda da própria vida; e, por outro lado, há que conciliar mecanismos de mobilidade não inspirados nesse pressuposto, mas inspirados na procura de uma oportunidade melhor, de oferecer a sua força de trabalho, a sua mão de obra, para o desenvolvimento dos países.

É preciso distinguir isso, não há dúvida nenhuma, Sr. Deputado. E nós, tradicionalmente, fazemos isso em Portugal, embora normalmente sejamos mais procurados para a imigração económica do que propriamente pelos refugiados de guerra. Foi ao abrigo desse princípio que eu aqui reiterei que não íamos promover nenhuma deportação, nenhum regresso forçado, de refugiados sírios ao território da Síria, e é com esse espírito que também não vamos suspender nenhum processo pendente, como há pouco respondi, nem tencionamos vir a ter nenhuma diligência — apenas se as circunstâncias o obrigarem o faremos — relativamente à conciliação com aquilo que outros Estados estão a fazer.

Tentaremos, portanto, utilizar a nossa voz, pela nossa experiência, em primeiro lugar, pela nossa ação, e também pelo apelo, junto dos nossos parceiros europeus, para que esse extremar de posição não se consume, eventualmente provocando uma pressão, que nós próprios também não queremos sentir, junto de Estados-Membros como Portugal. O Sr. Deputado pergunta qual é a voz que nós vamos ter. É esta, é a voz destes princípios e destes valores.

Sobre a questão do G20, acho que teremos outra oportunidade para falar disso, mas deixe-me dizer-lhe que é preciso reconhecer que muitos dos mais ricos têm políticas de cooperação e desenvolvimento com as geografias mais penalizadas já hoje. O quadro-desenho em que podemos aprofundar isso ainda é, enfim, uma incógnita, mas nós não fugimos a esse debate.

Quanto à última questão, faço minhas as palavras do meu Ministro, aquando desse...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Agora, para formular perguntas em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, tenho três questões curtas e iniciais.

A primeira é exatamente relativa à Síria, para reiterar aquilo que algumas bancadas aqui disseram: a queda do regime de Assad é, obviamente, uma boa notícia, mas o que se sucederá é razão de preocupação. Portanto, aquilo que é indispensável é que, numa lógica, que penso que muitos de nós defendem, de uma maior intervenção da União Europeia no contexto internacional, a União Europeia dedique a este tema a atenção suficiente para que não estejamos a lamentar, daqui a algum tempo, que a transição não tenha sido devidamente acompanhada e que não tenhamos feito tudo para assegurar que essa seja uma transição para um regime mais livre e mais democrático.

Depois temos a questão da Ucrânia. O facto de se falar neste momento da possibilidade de a paz estar mais próxima deve exigir da União Europeia um compromisso tão grande ou maior do que aquele que existiu até este momento. Todos sabemos que os momentos que podem anteceder acordos de paz são momentos decisivos, quer do ponto de vista daquilo que pode ser o conteúdo concreto do acordo de paz, quer para as populações, porque, muitas vezes, é nestes momentos que são cometidas as maiores atrocidades e que, no terreno, há o sacrifício de populações e de vidas.

A última questão é sobre a diretiva retorno. Estando este processo em curso, e sabendo-se que a União Europeia só consegue cumprir 20 % das decisões de retorno que toma, é fundamental fazer alguma coisa. Não se dá ao respeito um espaço político que decide por aplicação da lei, e depois só consegue aplicar as consequências dessa lei em 20 % dos casos. Isto não pode continuar assim, e é natural que Portugal se empenhe para que mude.

Por fim, temos a questão da relação transatlântica e das alterações, também, da nova Administração nos Estados Unidos da América. Sabemos o que é que está anunciado do ponto de vista tarifário e o que isso pode trazer ao comércio internacional. Portugal sempre foi, dentro da União Europeia, uma voz no sentido do aprofundamento da relação atlântica, e tem aqui um papel muito importante, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista da defesa, não só no contexto da União Europeia, mas, essencialmente, no contexto da NATO.

Por isso, queria perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro qual será a posição de Portugal dentro da União Europeia no que diz respeito à definição de uma abordagem a ter com a nova Administração americana na relação bilateral.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, vou ter de lhe pedir desculpa, mas, atendendo ao conhecimento que tenho, pessoal e real, da sua paixão pelo desporto e pelo futebol, aproveito as suas perguntas para responder a uma pergunta — embora não a tenha feito — que deixei há pouco em aberto, com algo que queria aqui partilhar.

De acordo com as conclusões de um estudo muito recente, de outubro de 2024, que foi feito por uma consultora relativamente às repercussões económicas da realização do Mundial 2030, no conjunto dos três países, irão ser criados cerca de 409 000 empregos — em Portugal estaremos a falar de 18 000 a 23 000 empregos nesta organização, em todas as tarefas que lhe são adjacentes.

No conjunto dos três países, por cada euro investido, em princípio, resulta um retorno de 1,8 €; no caso português, cada euro investido resultará, segundo o estudo, num retorno de 8,5 €. Portanto, temos uma repercussão muito maior em Portugal do que nos outros nossos parceiros co-organizadores. E isso, no estudo, dá um impacto total de entre 707 e 859 milhões de euros no PIB (produto interno bruto), com impostos gerados entre 312 e 394 milhões de euros e um acréscimo de 2,3 % nas receitas habituais do turismo, estimando-se entre 300 000 e 500 000 visitantes.

Sr. Deputado João Almeida, peço-lhe desculpa, mas aproveitando a ocasião, fica também esta referência.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Compreende a diferença?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre as questões que coloca, eu, de facto, já abordei quase todas, mas aproveito duas, vá. Relativamente à «Diretiva de Retorno», é um dos casos onde Portugal pode exprimir a sua solidariedade e o seu empenho, apesar de não ser um dos países mais afetados por isso, mas é nestes momentos que nós também devemos, no fundo, partilhar as dores, as dificuldades que os outros têm e que nos podem tocar a nós, noutra dimensão.

Sobre a relação com os Estados Unidos, para ser muito claro, o Governo português apostará fortemente em dinamizar as relações bilaterais com os Estados Unidos. Instamos a União Europeia para que também o possa fazer, mas não há dúvidas nenhuma, os Estados Unidos da América são um parceiro político, um aliado militar e um parceiro económico cada vez mais relevante — diga-se! Do ponto de vista da nossa balança comercial com os Estados Unidos da América, nós temos muito interesse em captar, em atrair investimento americano e em continuar a fazer crescer a visita de turistas americanos — que são, neste momento, o terceiro contingente —, mas, o mais importante, o dinheiro *per capita* que deixam aqui.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, até 1 minuto e 30 segundos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, enquanto decorriam aqui os trabalhos — permita-me que faça esta breve referência —, tivemos hoje uma decisão histórica no que diz respeito à legislação aprovada por esta Assembleia em matéria de proteção animal, porque, pela primeira vez, por causa dos incêndios de Santo Tirso, na Serra da Agrela, que matou mais de 70 animais, foi deduzida acusação contra o médico veterinário municipal, contra a coordenadora da proteção civil e contra as proprietárias, o que para nós é, de facto, um feito histórico e uma aplicação eficiente da legislação que saiu desta Casa.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — O que é que a diretiva tem a ver com isso?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez?! Tomadas outra vez?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — E pegando naquilo que acabou de referir do Mundial, e também com esta ponte com a causa animal, apelava ao Sr. Primeiro-Ministro que faça os bons esforços para que o Governo de Marrocos não abata os mais de 300 000 animais que já disse que iria abater por conta do Mundial. Não é uma política consentânea com a da União Europeia e, nesse sentido, há mais a fazer, inclusive no que diz respeito aos direitos humanos, com respeito para com o povo *saauri*. E espero, também, que a nossa organização, que tanto nos orgulha, não fique manchada por estas duas circunstâncias.

Gostaríamos também de dedicar aqui uma palavra relativamente à queda do regime na Síria e que haja, de facto, este acompanhamento em matéria de direitos humanos e nesta transição.

Por fim, gostaria de lhe colocar uma questão em relação ao acordo UE-Mercosul. De facto, ele tem sido muito contestado pelas organizações do ambiente. Sabemos que, quer em matéria de desflorestação, quer em matéria de respeito pelo povo indígena há aqui muito a fazer, mas também não podemos ignorar o impacto que isto pode ter para a economia portuguesa, em particular para a pequena agricultura dos Estados-Membros e, nesse sentido, é com preocupação que verificamos que Portugal não adotou uma postura mais defensiva da nossa agricultura, em Portugal, mas também não se posicionou contra este mesmo acordo, que poderá vir a ser muito nefasto para os nossos agricultores e que também vem aqui promover mais de 25 % de desflorestação, o que é contrário, até, aos princípios da própria União Europeia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PAN não gosta de agricultores!...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Parta terminar este debate e responder à Sr.^a Deputada, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, relativamente a esta última questão, não deixa de ser curioso, porque a Sr.^a Deputada invoca aqui a contestação que as organizações da área do ambiente oferecem a este acordo, o que vai precisamente em sentido contrário àquelas outras acusações, que são as de que nós vamos ser altamente penalizados, e penalizados do ponto de vista económico — e a Sr.^a Deputada também o referiu.

Pois nós estamos, como sempre, no ponto de equilíbrio. O que nós queremos, efetivamente —, e, por isso, nós aderimos em primeiro lugar à iniciativa da Presidente da Comissão Europeia de, já neste início do ciclo, fechar um dossiê que tem 20 anos de negociação interminável —, o que nós queremos é precisamente um justo equilíbrio entre as regras que nós aplicamos a nós próprios...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nós quem?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... sobre a preservação do meio ambiente, sobre matérias sanitárias e aqueles que são os parceiros comerciais, que já colocam cá os produtos.

É que parece que nós vamos facilitar a entrada de produtos agropecuários em Portugal vindos da América do Sul, quando eles já cá estão. E já cá estão em condições que são bem mais penalizadoras do nosso interesse, dos nossos agricultores, da nossa pecuária, do que aquilo que será a aplicação deste acordo.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É, pelo menos, a nossa convicção. Eu não queria estar a dizer isto de uma maneira, enfim, que possa ser entendida como pouco solidária no contexto europeu, mas, sinceramente, creio que atendendo à relação que temos, uma relação privilegiada com aquele espaço geográfico — não só com o Brasil, como com os países vizinhos —, podemos, efetivamente, até, aproveitar este acordo...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para sermos, do ponto de vista comercial e económico, uma porta...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Terminou o tempo, mas penso que a ideia que o Sr. Primeiro-Ministro queria transmitir, passou.

Despedimo-nos do Governo, que se está a retirar da Sala. Os Deputados ainda não, porque ainda temos algumas informações pertinentes a dar.

Começo por dizer que também estive presente nesta sessão, por videoconferência, o Sr. Deputado Marcos Perestrello, do Partido Socialista. Portanto, a sua presença fica também registada.

A sessão plenária de amanhã é longa. Recordamos que a sessão começa às 14 horas e tem a seguinte ordem de trabalhos:

Primeiro ponto — Apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 32/XVI/1.^a (GOV) — Assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2022/2065, relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE;

Segundo ponto — Debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 214/XVI/1.^a (IL) — Cria a possibilidade de a família de acolhimento ser candidata à adoção, 353/XVI/1.^a (BE) — Altera os requisitos e os impedimentos para a candidatura a família de acolhimento e alarga os apoios concedidos ao abrigo da medida de apoio junto de outro familiar e de confiança a pessoa idónea, 357/XVI/1.^a (PAN) — Prevê a possibilidade de uma família candidata a acolhimento familiar ser candidata a adoção, em respeito pelo superior interesse da criança, 358/XVI/1.^a (CH) — Altera o regime jurídico do Decreto-Lei n.º 139/2019, de forma a incluir e priorizar nos processos de adoção as famílias de acolhimento e 360/XVI/1.^a (L) — Possibilita que familiares e pessoas candidatas à adoção possam ser famílias de acolhimento, juntamente com os Projetos de Resolução

n.ºs 449/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de formação específica de famílias de acolhimento e de candidatas a adoção com vista à sensibilização e capacitação para a adoção de crianças mais velhas e 455/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à alteração à lei por forma a permitir que famílias de acolhimento sejam candidatas à adoção;

Terceiro ponto — Debate, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 283/XVI/1.ª (PS) — Regulamenta a arbitragem para a apreciação dos fundamentos da denúncia de convenção coletiva e a arbitragem para a suspensão do período de sobrevivência, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro;

Quarto ponto — Apreciação do Projeto de Resolução n.º 317/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo medidas de proteção do património nacional e de combate à criminalidade e ao vandalismo contra monumentos históricos;

Quinto ponto — Debate, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 445/XVI/1.ª (PCP) — Aumento do salário mínimo nacional para 2025, do Projeto de Lei n.º 352/XVI/1.ª (CH) — Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 950 € e dos Projetos de Resolução n.ºs 8/XVI/1.ª (BE) — Aumento do salário mínimo nacional e 459/XVI/1.ª (L) — Recomenda o aumento do salário mínimo nacional para 2025;

Sexto ponto — Discussão do Projeto de Resolução n.º 242/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde, da Petição n.º 3/XVI/1.ª (Maria Miguel Almeida e outros) — Pela criação da carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde (SNS), do Projeto de Lei n.º 354/XVI/1.ª (BE) — Criação da carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde, e dos Projetos de Resolução n.ºs 446/XVI/1.ª (PS) — Recomenda a criação da carreira de médico dentista nas entidades públicas empresariais integradas no Serviço Nacional de Saúde, 454/XVI/1.ª (PAN) — Pela criação da carreira de médico dentista nas entidades públicas empresariais integradas no Serviço Nacional de Saúde, 457/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda a criação da carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde e 460/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que proceda à criação da carreira especial de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde;

Sétimo ponto — Discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 167/XVI/1.ª (BE) — Altera o regime de garantia de alimentos devidos a menores, alargando e melhorando as suas condições de acesso, e 215/XVI/1.ª (IL) — Alarga o acesso ao Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores e estabelece o menor de idade como requerente, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 456/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que avalie o atual acesso à prestação de alimentos a menores e 461/XVI/1.ª (L) — Recomenda a recolha de dados sobre crianças e jovens excluídos do acesso ao Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores;

Oitavo ponto — Projeto de Resolução n.º 305/XVI/1.ª (PSD, CDS-PP) — Constituição de uma comissão eventual para avaliar o sistema de proteção civil e a prevenção e combate aos incêndios 2024, sem tempos de debate;

Ponto 9 — Projetos de Lei n.ºs 275/XVI/1.ª (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de São Salvador de Árvore à categoria de vila; 276/XVI/1.ª (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de Palmeira à categoria de vila; 326/XVI/1.ª (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de Pombeiro da Beira à categoria de vila; e 327/XVI/1.ª (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de Venda do Pinheiro à categoria de vila, igualmente sem tempos para debate.

A nossa ordem de trabalhos termina com votações regimentais, que estão no guião a que os Srs. Deputados já têm acesso.

Até amanhã. Bom descanso, Srs. Deputados.

Eram 19 horas e 15 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.